



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0419/17	DATA: 09/05/2017	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h30min	TÉRMINO: 13h17min	PÁGINAS: 60

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCELO LACERDA - Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google no Brasil.
ROGÉRIO GIANNINI - Presidente do Conselho Federal de Psicologia — CFP.
LEILA HERÉDIA - Representante do Centro de Valorização da Vida — CVV.
RENATO OPICE BLUM - Advogado.
THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Presidente da ONG SaferNet Brasil.

SUMÁRIO

Debate sobre o jogo virtual Baleia Azul.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Declaro aberta a presente audiência pública, fruto do Requerimento nº 203, de 2017, deste Parlamentar, juntamente com os Deputados Roberto Alves e Margarida Salomão; do Requerimento nº 207, de 2017, também de minha autoria; e do Requerimento nº 208, de 2017, da Deputada Luiza Erundina; todos com o objetivo de debater o jogo Baleia Azul.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados, amplamente divulgados por esta Comissão.

Peço que componha a Mesa o Sr. Marcelo Lacerda, representante do Google; o Sr. Rogério Giannini, Presidente do Conselho Federal de Psicologia — CFP; a Sra. Leila Herédia, do Centro de Valorização da Vida — CVV; o Sr. Renato Opice Blum, advogado; e o Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SaferNet Brasil.
(Pausa.)

Justificaram as ausências os Srs. Fábio Coelho, Presidente do Google, que terá como representante o Sr. Marcelo Lacerda; o Sr. Gary Stahl, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF; o Sr. Robert Gellert, que será representado pela Sra. Leila; o Sr. Felipe Neto; o Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor do Departamento de Polícia Federal; e o Sr. Bruno Magrani, Gerente de Relações Governamentais do Facebook no Brasil.

Antes de iniciarmos a audiência pública, gostaria de ler as duas justificativas de ausência. A primeira, Deputado Izalci Lucas, é da Polícia Federal:

Conforme contato com a Secretaria dessa respeitável Comissão, informo que não há atribuição da Polícia Federal para investigação da prática do jogo virtual. Por este motivo, deixaremos de indicar representante para participar da audiência pública abaixo referida.

A Polícia Federal comunicou que eles não estão investigando esse jogo. O Ministério da Justiça, através do Ministro Osmar Serraglio, deu uma declaração pública à imprensa de que solicitou a investigação da Polícia Federal, que diz agora não fazer essa investigação. Então, nós vamos pedir à Comissão que encaminhe um documento ao Ministério da Justiça fazendo esse questionamento, em virtude da



declaração dada pelo Ministro da Justiça de que a Polícia Federal estaria nesse caso. A Delegada Mariana Paranhos nos dá a informação de que eles não estão fazendo qualquer investigação sobre esse assunto. É importante que o Ministério da Justiça esclareça a imprensa a respeito desse fato.

O outro documento encaminhado a esta Comissão é do Facebook, que agradece o convite para debater esse jogo. Mas que, infelizmente, em virtude de compromisso internacional já assumido com vários meses de antecedência, eles encontram-se impossibilitados de comparecer à audiência hoje. Segundo o Facebook, nesta semana, toda a equipe de políticas públicas do Facebook encontra-se reunida num evento da empresa. Por isso eles declinam do convite para esta audiência. Ontem, um representante do Facebook na Califórnia me ligou dizendo que eles estavam todos na Califórnia e que não poderiam dispor de nenhuma pessoa do Facebook nesta reunião.

O interessante é que, no mesmo documento do Facebook, eles colocam o seguinte tópico:

O Facebook tem uma equipe dedicada em investigar denúncias de grupos ou páginas que estimulem o suicídio ou a automutilação. Essa equipe tem trabalhado 24 horas por dia, 7 dias na semana, para investigar e remover tais conteúdos.

O Facebook coloca que não há ninguém da sua equipe de políticas públicas que possa estar aqui, mas diz que tem uma equipe que trabalha nesse assunto 24 horas por dia, 7 dias por semana. Uma das duas informações não é verdadeira, porque eles não se fazem presentes. Se eles têm alguém no País, poderiam indicar a pessoa para vir a esta audiência, que — nós vamos ouvir os convidados — diz muito respeito ao Facebook, e infelizmente eles não estão presentes. Nós voltaremos a esse assunto ao final da fala dos nossos debatedores.

Informo que cada palestrante terá o tempo de 15 minutos para sua apresentação. A audiência está sendo transmitida ao vivo. Para acompanhá-la, é só acessar o *site* principal da Câmara, na página da nossa Comissão. Todas as exposições e o uso de Power Point estarão disponibilizados na nossa página.



Feitos os esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Marcelo Lacerda para sua apresentação.

O SR. MARCELO LACERDA - Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, meu nome é Marcelo Lacerda, eu sou Diretor de Relações Governamentais do Google no Brasil.

Quero agradecer o convite feito ao Google, ao nosso Presidente, quem eu represento nesta audiência.

Minha apresentação será dedicada basicamente a mostrar dois aspectos sobre o Google e a segurança na Internet: um aspecto mais amplo, como tratamos isso; e de uma maneira mais específica, como tratamos questões de segurança de conteúdo prejudicial e perigoso, inclusive aqueles relacionados ao suicídio.

Antes de começar a minha apresentação, Deputado Sandro Alex, eu gostaria de deixar claras algumas premissas em relação ao Google e à segurança na Internet.

O Google faz o possível para garantir segurança às pessoas na Internet e também para que nós não façamos parte dessa cadeia de distribuição de conteúdo prejudicial ou perigoso, principalmente aqueles relacionados ao suicídio. Eu vou mostrar isso ao longo da minha apresentação.

Além disso, nós buscamos colaborar sempre com as organizações sociais que trabalham para endereçar essas questões, como, por exemplo, duas dessas associações que estão compondo esta Mesa: o Centro de Valorização da Vida — CVV, representado pela Dra. Leila; e a SaferNet, representada pelo Dr. Thiago.

Especificamente sobre a questão do suicídio, nós temos políticas e ferramentas a respeito desse conteúdo que, muito antes do aparecimento do jogo da Baleia Azul, já estavam em prática.

(Segue-se exibição de imagens.)

E quais são essas práticas? Como nós abordamos segurança no Google? Basicamente em três aspectos: políticas dos produtos, ferramentas dos produtos e programas de educação para esses usuários.

Em relação às políticas, eu vou apresentar o caso mais específico do Youtube relacionado aos vídeos. Nós temos várias políticas que proíbem conteúdos como o prejudicial ou perigoso, que de alguma forma incentive as pessoas a adotarem



alguma iniciativa em que elas possam se machucar gravemente; o conteúdo explícito ou violento, que é aquele voltado para chocar, impressionar ou desrespeitar as pessoas; o conteúdo de ameaça, que de alguma forma represente um comportamento predatório, de perseguição, de ameaça, assédio, intimidação ou invasão de privacidade dos usuários; e, o último, de incitação ao ódio, que seria a promoção de violência ou ódio contra uma pessoa ou um grupo determinado, baseado em religião, raça, cor ou orientação sexual. Todo esse tipo de conteúdo não é aprovado pelas nossas políticas e não deve estar presente na plataforma.

Passarei ao segundo pilar, que trata das ferramentas de segurança. Apresento algumas ferramentas, não estou listando todas, é uma questão de exemplificação.

Nós temos ferramentas de denúncia, que estão presentes em todos os nossos produtos. Todo usuário que se sentir de alguma maneira ofendido com algum tipo de conteúdo ou achar que alguns desses conteúdos violam uma daquelas políticas que eu elenquei, ele tem ferramentas nas plataformas para fazer essa denúncia, e esse conteúdo será averiguado. Eu vou explicar isso um pouco mais na frente.

Nós também temos o modo restrito, por exemplo, no Youtube. Se, durante a navegação em uma das nossas plataformas, alguém quiser que determinado tipo de conteúdo inadequado, de linguagem adulta, não apareça nos resultados, ele também pode acionar essa ferramenta e navegar no modo restrito.

Em nosso *browser*, nós temos o usuário supervisionado. O que é o usuário supervisionado? Cria-se uma conta em que se tem total supervisão. Por exemplo, se seu filho é adolescente e vai fazer uma pesquisa usando o Chrome, você pode criar uma conta supervisionada para ele, e, como responsável pela conta, você consegue restringir tipos de conteúdo, restringir o acesso a alguns *sites* e saber todo o histórico de navegação desse usuário supervisionado.

Nós também temos a central de segurança, uma espécie de *hub*, em que todas as informações sobre segurança nas nossas plataformas estão listadas.

E por último, entre algumas ferramentas que eu quero destacar, há o que nós chamamos de *one-boxes*. São caixas em que, para determinado tipo de busca, o primeiro resultado que se vai ter é um *one-box* — eu vou mostrar isso aqui também,



algo que nós temos em conjunto com o CVV —, que dá uma informação apurada sobre aquele conteúdo.

Vamos dar alguns exemplos dessas ferramentas. A primeira ferramenta é a denúncia, da qual falamos. Vocês podem notar que em todo vídeo no Youtube é possível abrir uma aba e fazer uma denúncia. Ele abre o segundo menu e pergunta: “Qual é o problema?” E há uma série de problemas listados. Todos esses problemas são linkados com as nossas políticas de conteúdo, entre elas, como destacamos, a questão do suicídio ou da automutilação. Se, por um acaso, o usuário sentir que o conteúdo está violando a política de automutilação e suicídio, ele tem como fazer a denúncia desse conteúdo.

Feita a denúncia desse conteúdo, o que ocorre? Nós temos uma equipe que trabalha 24 horas por dia, 7 dias por semana. Esse conteúdo é revisado por uma pessoa nativa na língua, não por um estrangeiro, é uma pessoa que conhece a língua, e ela analisa se realmente esse conteúdo está violando ou se não está violando as nossas políticas.

Em 2016, quase 3 milhões de canais do Youtube foram banidos por conta de violação de algum tipo dessas políticas.

Outra ferramenta que nós temos é o modo restrito, que também é fácil de acessar. No final, ao pé da página de todo canal no Youtube, abre-se aquela aba e pode-se escolher navegar no modo restrito ou não. Nós sabemos que esse filtro não é 100% eficiente — é lógico.

Só para os senhores terem ideia, por minuto, os usuários sobem 400 horas de vídeo no Youtube. Então, seria humanamente impossível nós conseguirmos ver esses vídeos antes de eles irem para o ar. Por isso mesmo contamos com os usuários, e há ferramentas de denúncia que são supereficientes.

Além da ferramenta do modo seguro, nós temos o que eu chamei de *one-boxes*. No caso da Baleia Azul e do suicídio, existe a parceria com o CVV. Na hora em que o usuário faz algum tipo de pergunta relacionada a esse assunto, a primeira coisa que aparece na página é esse *box* dizendo: “Precisa de ajuda? No Brasil, ligue para 141, Centro de Valorização da Vida”.

O terceiro pilar, Deputado Sandro Alex, que nós achamos muito importante é o pilar da educação. Aqui estão alguns exemplos de projetos que temos no Brasil,



como o Expedição Google de Segurança, que é uma palestra que damos em escolas públicas para adolescentes, com a duração de mais ou menos 45 minutos. Essa palestra tem que ser uma coisa leve, porque são adolescentes. O conteúdo foi desenvolvido em conjunto com a UNICEF e com a SaferNet. No último eslaide, eu tenho alguns dados sobre quantos alunos no Brasil já participaram dessas palestras.

Além disso, nós também temos outra competição para adolescentes que se chama Geração Brasil, que é para os alunos desenvolverem campanhas de segurança na Internet. A ideia é qual? Incentivar os alunos a desenvolverem campanhas e, a partir do desenvolvimento dessas campanhas, eles serem embaixadores da segurança na Internet.

Outra campanha de educação que nós temos bastante forte é a parceria com os *youtubers*. Os *youtubers* são muito populares entre os adolescentes e os jovens. Então, escolhemos os *youtubers* mais famosos e os incentivamos a produzirem vídeos sobre navegação segura na Internet.

Outra iniciativa nossa são as cartilhas de segurança. Eu trouxe algumas para deixar com a Comissão, a fim de que ela distribua entre os membros, entre os convidados. São cartilhas de segurança na Internet que distribuímos para as famílias e também para os professores. Uma parte muito importante de toda a educação são os professores. E eles precisam ter acesso ao material sobre segurança na Internet.

E, por último, há o que chamamos de *trusted flagger*, que, na verdade, são entidades sociais autorizadas pelo Google a terem acesso a uma plataforma para fazerem denúncias de conteúdo, de forma mais rápida e numa quantidade maior. Aqui no Brasil já estamos em via de assinar com o nosso primeiro parceiro.

Trazemos ainda alguns números sobre essas campanhas educacionais. Sobre aquela primeira iniciativa da qual falei, Expedição de Segurança na Internet, nos últimos 2 anos, nós já fomos a mais de 10 Estados e já atingimos mais de 4 mil alunos. Fizemos a campanha no Youtube, para os senhores terem uma ideia, com a postagem de 15 vídeos, em que houve mais de 11 milhões de visualizações.

Eu queria terminar esta minha breve exposição, Deputados, reafirmando o nosso compromisso com a segurança do usuário, com o desenvolvimento de ferramentas, de políticas e de programas que garantam essa segurança.



De novo, no caso do Youtube, nós sabemos que é humanamente impossível automatizarmos tudo isso, porque uma quantidade de conteúdo muito grande é levada para a plataforma. Mas, por isso mesmo, mantemos e desenvolvemos constantemente todas essas ferramentas, todas essas políticas e programas, a fim de que isso seja cada vez mais eficiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Agradeço a Marcelo Lacerda, representante do Google, pela presença.

Nós passamos agora a palavra ao Sr. Rogério Giannini, para a sua apresentação.

V.Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI - Quero agradecer o convite e cumprimentar a Mesa, na figura do Deputado Sandro Alex. Saúdo todas as mulheres do plenário, na pessoa da Sra. Leila Herédia, do Centro de Valorização da Vida — CVV.

Eu não poderia, no começo desta conversa, deixar de dizer da minha tristeza por não estar cheia a plenária. Houve, evidentemente, um clima repressivo na entrada. Tive, inclusive, muita dificuldade de entrar com os meus assessores. Queria agradecer o empenho do Deputado e da assessoria para que isso ocorresse, porque era a condição mínima de estarmos presentes aqui.

Certamente, pelo tema, nós teríamos esta galeria cheia, precisando até controlar a entrada no sentido de garantir a segurança das pessoas, mas não foi o que aconteceu hoje, infelizmente. Mas estamos aqui. Mantivemos a nossa presença nesta audiência em virtude da grande relevância, da importância do tema. Por estar sendo filmada a reunião, nós temos outras possibilidades pela transmissão.

A nossa presença como Conselho Federal de Psicologia se deve ao fato de ser um tema muito afeto à Psicologia. Inclusive, nós temos aqui uma publicação que vamos distribuir ao conjunto: *Suicídio e os desafios para a Psicologia*. Trata-se de uma publicação de 2013, mas que, certamente, está muito atualizada, é recente, até porque é um tema que, há muito tempo, vem sendo acompanhado pela sociedade e particularmente pela Psicologia — cito ainda o CVV, nas emergências —, que é aonde a demanda acaba chegando, por meio dos nossos profissionais. Então,



também faz parte do nosso trabalho a orientação dos profissionais, o fomento do debate, enfim.

Em relação ao tema em si, eu quero colocar duas premissas. A primeira é de que não é exatamente um tema novo. Muita gente há de concordar comigo. E não é um tema novo em relação à ideia de que as práticas do suicídio, da autoviolência, das mutilações ou da heteroviolência são um componente identitário de certas populações. Em alguns momentos na história do Brasil, vemos recorrentemente isso na juventude. Há um aspecto da juventude, historicamente se instituiu, algum tempo atrás, a ideia de que o suicídio e a automutilação passam.

Eu queria só lembrar outros renomes que ocorreram antes na Internet, como a roleta-russa; as práticas de dirigir automóveis em altíssimas velocidades, com a meta de passar faróis no vermelho; enfim. Então, há certo componente, e a sociedade de alguma forma vem lidando com esse fenômeno há muito tempo.

Eu acho que há uma diferença neste momento. O jogo Baleia Azul traz uma marca muito forte: a ideia do suicídio entra no vocabulário, entra no léxico, entra nas possibilidades como uma trivialidade, como uma banalização. Esse é um aspecto importante para o nosso debate.

A ideia dos grupos identitários, de se juntar, é um conceito importante na Psicologia. Nós dizemos que há uma transição dos grupos identitários ligados ao que nós chamamos de narcisismo das pequenas diferenças: *“Como eu me agrupo?”* *“Eu me agrupo não porque todo mundo seja igual, nós temos algumas diferenças, mas posso me agrupar em relação a isso”*. Por exemplo, se estou num clube, numa torcida organizada, eu não sou igual ao outro, mas tenho pequenas diferenças que podem ser compostas lá.

Mais recentemente, isso tem migrado para uma ideia do chamado narcisismo das grandes igualdades. São grupos identitários em que as diferenças desaparecem. O objetivo de se estar naquele grupo é de se submeter ao grupo — existe a ideia de que a pessoa se dissolve no grupo social —, e isso passa uma ideia de que alguém estará no controle, que não mais a pessoa. Eu acho que é esse o fenômeno que cerca muito essas coisas que estão colocadas hoje e essas chamadas ferramentas.



Nós tentamos discutir isso como um sintoma social. Portanto, recusamos a ideia de que esse é um problema da Internet simplesmente, de que o caminho seria simplesmente a repressão. Eu não quero entrar no mérito, mas sempre que foi identificado algum crime no mundo virtual, nas redes sociais, seja lá onde for, esse crime teve que ser combatido. Esse é um problema do Estado brasileiro, da Justiça brasileira, mas não se toma isso como regra. Não é com mais repressão na Internet que vamos resolver esse problema, até porque não é um problema que acontece exclusivamente na Internet.

Esse é um problema grave, que precisa de medidas e, à proporção que é identificado como crime, tem que ser tratado como crime, ser combatido como crime. O que nos preocupa é uma generalização das regras, como se isso fosse resolver a questão. E nos preocupa mais ainda porque achamos que a Internet é um espaço de liberdade, é um espaço de auto-organização e há o marco civil que nos contenta. É importante colocar isso.

Eu estava dizendo que essa coisa da trivialização, da banalização, encontra outro componente, no caso do *site*, que é a ideia da gamificação. E aí há um dado de perversidade enorme que é o seguinte: para se permanecer inserido naquele grupo social, são propostas tarefas, como se fosse um jogo mesmo. Mas o curioso é que, de alguma forma, a vida e a morte, nesse contexto, são apresentadas como um novo produto, como mais um produto para o consumo. Então, consumimos isso e aquilo, e também consumimos essa possibilidade de viver ou de morrer, essa possibilidade de nos integrarmos da maneira como eu falei, de nos dissolvermos nesse grupo, que chamo de grupo identitário.

Eu estava dando uma entrevista à *TV Câmara* logo antes, e veio a pergunta: “*O que vocês estão falando, de onde estão falando*”. A preocupação é que nós vivemos numa sociedade. E há dois componentes: o primeiro é que existe a promessa de sucesso — e vou falar do drama da juventude —, se o jovem estudar, se empreender, ele vai ter uma ascensão. Só que, ao mesmo tempo, o mundo não oferece futuro.

Hoje, quando lemos jornais e vemos a Internet, voltamos ao momento da guerra fria, a guerra está cada vez mais quente, não temos certeza nem se o mundo dura mais uma geração.



Do ponto de vista econômico, nós vemos o fenômeno das migrações forçadas, o fenômeno das crises sociais, das crises econômicas — vivemos no Brasil particularmente isso.

Portanto, há uma promessa de futuro que não se realiza e a possibilidade de leitura do mundo que é de desesperança. Ao mesmo tempo, dizemos a esse jovem: *“Seja forte, seja empreendedor, seja qualquer coisa, e o mundo vai te dar esse retorno”*. E nós sabemos que trabalhamos para o gozo de 1% da população. Hoje, num mundo cada vez mais neoliberal, em que há cada vez mais competição sem limites entre países, entre empresas, entre grupos, entre tudo, é oferecida ao sujeito a possibilidade de trabalhar para o gozo de uma pequena elite. Está cada vez mais longe a ideia de políticas distributivas, de paz social, de igualdade social. Isso contribui fortemente para esse processo de desesperança.

Por outro lado, há uma ideia que eu acho muito interessante e que tem a ver com o Baleia Azul diretamente de que as pessoas não podem sofrer, de que todo sofrimento é um mal em si. Há a promessa de que é possível viver sem sofrimento, é possível passar sem sofrimento.

Nós vivemos numa sociedade ocidental que tem como ícone religioso, por exemplo, alguém que levou o seu sofrimento até o último estágio, não buscou em relação ao seu destino um atalho. Esse é o mito de um dos heróis fundadores do pensamento ocidental. Todo mundo entendeu o que eu falei? (*Riso.*) Estou falando do cristianismo.

Curiosamente toda a possibilidade de sofrimento é vista como negativa. É a ideia de que há solução; é a ideia de que eu não vou sofrer. Isso é incompatível com a realidade. As pessoas acabam sofrendo. Isso coloca uma quantidade de gente — estou falando da criança e do adolescente, praticamente do adolescente — numa situação de fracasso social. Não consigo viver sem esse sofrimento. Não consigo superar esse sofrimento.

Aí, seja pelas drogas lícitas, seja pelas drogas ilícitas, seja por uma série de outros modos de viver, seja por um excesso de oferecimento de milhares de terapias possíveis, fica todo mundo correndo atrás de uma ilusão, que não é a ilusão de ser feliz, o que perseguimos, mas a ilusão de não sofrer. Esses grupos identitários trabalham, organizam muito essa ideia.



Há uma questão muito interessante no Baleia Azul e em outros casos. De alguma forma crio a ideia de que sou muito poderoso, porque passo a subjugar o outro através do hetero sofrimento, da heteroviolência. Vemos no Youtube a questão do suicídio, mas há vídeos de pessoas que ficam zoando o outro — coma pimenta com geleia, belisque o corpo, espete não sei o quê — como brincadeiras. Vira brincadeira infringir sofrimento ao outro.

Há também o sofrimento que se autocoloca no sentido de que você sofre, mas na denúncia do seu sofrimento, ou até do seu suicídio, você também infringe sofrimento ao outro. Eu lembrei aquela série da menina que se suicida, etc., que é bem interessante. Visualizando, olhando aquela série, você diz assim: *“Ela está contando, ela está simbolizando”*. Então, sob o contexto analítico, entendemos que ela vai conseguir sair disso, porque está conseguindo contar sua história, simbolizar. Mas, não, ela se mata. E o suicídio dela fica nesse lugar de infringir sofrimento ao outro. O curioso na série é que, em nenhum momento, há um processo de responsabilização do seu próprio destino. *“Eu sofro por causa dos outros.”* Então, nesse sentido, está autorizado o meu suicídio, mas indicando a culpa dos outros, passando o sofrimento ao outro também, infringindo ao outro um sofrimento.

Eu quis dar uma contribuição menos formal, menos normativa. É claro que o Conselho tem a obrigação social de debater esse tema, de colocar esse tema. Acho importante... Uns repórteres me fizeram uma pergunta hoje: *“Tem que ser debatido ou não? O suicídio aumentou ou não? Aumentou porque foi debatido ou porque não foi debatido?”* Eu acho que isso é fundamental.

Primeiro, a questão do suicídio está sendo tratada pelas políticas públicas no Brasil. Eu faço uma sugestão a todos, inclusive a você, Marcelo. Existem bons e excelentes programas de prevenção ao suicídio ligados ao Ministério da Saúde. Existe uma rede pública de equipamentos e cursos de formação para profissionais da saúde.

Então, eu acho que também seria interessante, além dessa contribuição da sociedade, que é sempre bem-vinda, essa preocupação com o que está acontecendo nas políticas públicas, que, de uma maneira responsável, têm feito o debate e têm dado contribuições, inclusive para os profissionais de saúde e de outras áreas poderem atuar preventivamente em relação a isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Mais 1 minuto para o senhor concluir.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI - A campanha foi por causa do meu tempo? É isso? Eu não estou muito acostumado a essa coisa, mas imaginei que fosse. Eu queria, novamente, ressaltar as três principais questões. Em primeiro lugar, essa não é uma situação nova. Por que eu falo que não é uma situação nova? Para nós não entrarmos num pânico social. Prevenir e denunciar não significa criar um clima de que tudo está perdido, de que tudo está acontecendo. Eu acho que isso é importante também. Inclusive, esse clima ajuda os nossos inimigos nessa área. Em segundo lugar, nada justifica mais repressão, nem a que houve hoje nem na Internet. Há o Marco Civil, e temos uma discussão. Tem que haver mecanismos que nos defendam não só do Baleia Azul, mas de um conjunto de conteúdos. O Marcelo colocou umas coisas. Temos que debater inclusive sobre isso. Em terceiro lugar, nós estamos falando de uma juventude que não está sendo atacada pelo Baleia Azul. Ela está sendo atacada pelas condições de vida, sociais; pela falta de esperança; por uma crise de futuro, de identidade de futuro. Isso não acontece só no Brasil, é um fenômeno mundial. Cada vez mais, não se tem esperança no futuro, não se se tem paciência.

Ainda no terceiro item, mas que poderia ser um quarto item, há uma coisa sobre a qual o debate é muito caro. Trata-se da ideia de uma “terapeutização” da sociedade, como se tudo dependesse de remédios e de terapias — eu não estou falando só de remédio físico —, de que as pessoas são incapazes de se cuidar, de que as famílias são incapazes de educar. Acho que isso é fundamental para o nosso debate, e a Psicologia vem se insurgindo contra isso.

Muito obrigado pela participação, pela oportunidade. Ficamos à disposição

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado ao Sr. Rogério.

Eu passo a palavra agora à Sra. Leila Herédia, para a sua apresentação.

A SRA. LEILA HERÉDIA - Bom dia, Presidente. Em nome do Centro de Valorização da Vida — CVV, eu agradeço o convite da Comissão de Ciência e Tecnologia. Bom a dia a todos os Deputados, aos demais integrantes da Mesa, a todos os que assistem a este debate tão importante, que o acompanham.



Eu vou falar bem rapidamente sobre o que é o CVV, como funciona o nosso trabalho, para aqueles que não sabem, mas, antes de qualquer coisa, entendemos que o Baleia Azul não é um jogo, é um desafio. Por quê? Porque o jogo implica algo lúdico, implica a brincadeira, implica o prazer, o que não acontece com esse desafio.

O CVV é uma entidade formada exclusivamente por voluntários. Somos cerca de 2 mil voluntários em todo o País, com 70 postos que atendem à população. E o que nós fazemos? Basicamente, o CVV ouve as pessoas. Nós funcionamos como um pronto-socorro emocional. Não somos ajuda médica, muito menos ajuda psicológica, especializada, mas estamos lá quando a pessoa precisa conversar, desabafar, falar sobre aquilo que está doendo, sobre as suas angústias, os seus medos, os seus temores. Estamos à disposição 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, nos 365 dias do ano, muitas vezes, durante a madrugada, quando bate aquela solidão, e, às vezes, a pessoa não tem sequer com quem conversar.

Nós já existimos no Brasil há 55 anos. Somos uma das entidades mais antigas.

Como eu falei, o serviço não é profissional. Qualquer pessoa pode ser voluntária, desde que passe por um treinamento específico. E a base do nosso serviço é o sigilo e o anonimato. A pessoa vai poder ligar para lá, conversar de forma totalmente sigilosa e falar o que ela não falaria com outra pessoa, o que ela não desabafaria com outra pessoa. Nós conversamos com essa pessoa, sem qualquer problema, sem julgamento, garantindo o anonimato.

O nosso trabalho é baseado na abordagem centrada na pessoa. Essa terapia foi criada por Carl Rogers. E o que nós fazemos? Ouvimos, com aceitação, com respeito, o que o outro tem a dizer.

Neste eslaide, eu passo alguns dos números. Atualmente, no Brasil, nós temos 32 suicídios por dia. No mundo, há 1 suicídio a cada 40 segundos. Enquanto estamos falando aqui, várias pessoas estão se matando o tempo todo.

Por isso, nós entendemos que isso é uma questão de saúde pública em que devemos atuar. Hoje, uma das principais barreiras à prevenção é o tabu. Por exemplo, se você vira e fala para alguém assim: *“Ah, eu estou mal hoje. Eu não estou bem”*. A pessoa já sai de perto, olha meio enviesado. É meio que um espanta



bolinho. As pessoas têm muito pudor de falar. Na maioria das vezes, você coloca aquele sorriso social e vai viver a sua vida.

Temos cerca de 800 mil mortes por ano no mundo. Várias pessoas são impactadas por essas mortes. A estimativa dos especialistas é de que entre 10 e 20 pessoas sejam impactadas por morte, por suicídio.

Um dado muito interessante da Organização Mundial de Saúde é que 90% dessas mortes podem ser evitadas, porque, no momento em que elas ocorrem, a pessoa está passando por algum transtorno, alguma questão de saúde mental ou alguma dificuldade, com a qual ela não está sabendo lidar, e, às vezes, ela não vai buscar a ajuda necessária.

No CVV hoje, nós fazemos 1 milhão de atendimentos por ano nos diversos canais, principalmente por telefone, que é o principal meio. Nós atendemos pelo número 141 na maior parte das capitais, mas também atendemos por *chat*, Skype e *e-mail*. Atualmente, também estamos implantando o número 188, que é fruto de uma cooperação técnica com o Ministério da Saúde e, até 2020, estará em todo o Brasil. Esse número torna as ligações gratuitas. Hoje o serviço é gratuito, mas a pessoa paga o pulso do celular. A partir daí, ela não vai precisar pagar.

Eu trouxe alguns números só para vocês terem uma ideia. Atualmente, na população entre 15 e 29 anos, o suicídio já é a segunda principal causa de mortes no mundo. A primeira é acidente de trânsito. Então, o suicídio mata mais do que o HIV. Em relação a meninas entre 15 e 19 anos, essa já é a primeira causa de morte. Ficamos assustados ao perceber esses números.

Nas décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a Cássia Kis foi à televisão falar do câncer de mama, mostrar como se apalpava as mamas. Na época, um grande tabu foi quebrado também. Não se fazia isso em rede nacional. A partir dali, conseguiu se reverter os números. Da mesma forma, entendemos que, a partir do momento em que isso acontecer com a questão do suicídio, também teremos melhores resultados, menos pessoas se matando, menos pessoas em estados graves de depressão.

No caso do suicídio, na realidade, a pessoa não quer se matar. Ela está comunicando um sofrimento com o qual ela não consegue lidar; tem dificuldades de dar conta daquilo; não vê como se livrar daquela dor naquele momento; não sabe



como deixar de sentir aquela angústia, que, para ela, é insuportável. E o CVV vai atuar, nesse momento, como um pronto-socorro emocional.

Eu também trouxe outros números aqui referentes à automutilação. Trata-se de um estudo americano com dados de especialistas. Dizem que a automutilação, em geral, vai acontecer a partir dos 12 anos, 13 anos, até mais ou menos os 30 anos. Essas são, mais ou menos, as faixas etárias em que os especialistas percebem. Eles apontam como motivadores essa dor emocional sobre a qual falei, essa angústia insuportável.

Muitas vezes, o jovem, por conta de tudo o que está passando e vivenciando naquela mudança de vida, não dá conta; e, às vezes, ocorre a autopunição e uma busca por sensações.

E um dado dessa pesquisa que é muito interessante é o efeito de contágio: 18% das pessoas que se automutilaram estavam em grupo. Então, existe essa questão do grupo. Isso foi apontado aqui pelo Dr. Rogério.

No CVV Web, que é um dos nossos canais de atendimento, percebemos que mais de 70% das pessoas que procuram ajuda e vão teclar conosco têm mais de 30 anos. E praticamente metade dessas pessoas, cerca de 40%, manifestam abertamente a vontade de morrer. Podemos imaginar que isso acontece como numa panela de pressão. A pessoa está com aquela dificuldade. Às vezes, quando ela consegue falar, quando consegue desabafar e dizer que quer morrer, que quer se suicidar, isso funciona como uma válvula de escape. A pessoa se sente avaliada pelo simples fato de poder falar aquilo com outros.

O que nós vemos como necessário? Conversar, conversar, conversar. Conversar sempre! E essa não é uma atribuição do CVV, dos médicos, dos psicólogos, mas essa é uma tarefa de toda a sociedade. Quando vemos um amigo, um parente ou um familiar nessa situação, podemos oferecer ajuda, perguntar o que a pessoa está sentindo, como ela está. Temos que estar preparados para ouvir, de fato, o que se está passando dentro dela.

Outra questão que é importante destacar é a necessidade de desenvolver essas habilidades emocionais desde a infância. Hoje, quando a criança cai, dizemos para ela: *“Não doeu, não doeu”*. Então, já estamos fazendo com que ela pare de falar sobre os seus próprios sentimentos, sobre as suas emoções. E as crianças têm



que aprender, desde cedo, a lidar com as frustrações, com as dificuldades, com os limites. Isso faz parte do nosso crescimento mesmo.

Eu trouxe este gráfico para vocês verem como o mês de abril foi bastante atípico para nós, como houve um salto em todos os nossos canais de atendimento. A linha azul ali corresponde às visitas a nossa página. O número de visitantes únicos ao nosso *site*, em abril, subiu de 75 mil para 305 mil. E a maioria, cerca de 70%, são novos visitantes. As pessoas, nesse período, puderam falar mais abertamente. Elas não só tomaram conhecimento do serviço, mas também puderam falar mais abertamente sobre o que estava se passando. Elas encontraram um canal com esse sentido no CVV.

E, aqui, falando rapidamente sobre a questão do número 188, que é uma experiência-piloto que já está funcionando no Rio Grande do Sul, também podemos fazer um paralelo. Lá, o número ligações aumentou cinco ou seis vezes em relação ao nosso patamar antes de o pulso ser gratuito. Tínhamos trezentas e poucas ligações. Hoje, temos mais ou menos 1.500. Chegamos a ter o pico de 2.300 ligações por dia. No mês de abril, nós também saltamos do patamar de, mais ou menos, 20 mil ligações/mês para 60 mil.

Então, percebemos também que as pessoas passaram a usar o serviço. Fizemos campanha na televisão, com o apoio da RBS, mas também houve o fato de o assunto ter estado tão em voga durante todo o mês de abril.

Nesse projeto-piloto, como eu estava falando, em pouco mais de 1 ano de funcionamento, já recebemos 350 mil chamadas, e o pico foi em abril, como eu já disse.

Outro dado interessante é que antes do número 188 no Rio Grande do Sul, 70% das nossas chamadas eram de telefones fixos. Atualmente, temos 90% das ligações de celulares. Vimos que a população carecia, de fato, desse tipo de serviço. Agora, ela tem acesso.

Até outubro deste ano, mais quatro Estados também terão esse tipo de ligação gratuita — Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Piauí —, com um público médio estimado de 40 milhões de pessoas, que poderão ligar para nós.

Isso aqui é um trecho do Rubem Alves, que eu deixei registrado.



Essa é uma das nossas campanhas. Há a necessidade de compartilharmos sempre o que estamos sentindo e os nossos tipos de intervenção e atendimento. Então, além dos telefones nºs 141 e 188, para chamadas originadas no Rio Grande do Sul, há o *chat*, o Skype e o *e-mail*. Todos eles estão disponíveis pelo nosso *site cvv.org.br*.

No nosso *site*, todos podem encontrar o endereço dos nossos postos. Nós também atendemos pessoalmente, se a pessoa quiser. Além disso, fazemos atendimento a vítimas de tragédias. Há grupos de apoio a sobreviventes. Há cerca de 20 grupos em funcionamento hoje, ou seja, atendemos presencialmente as pessoas que tentaram suicídio e sobreviveram e aquelas que perderam algum familiar pelo suicídio. Esses grupos de apoio funcionam, e as pessoas podem participar. Ainda contribuímos com campanhas de esclarecimento e com convênios com entidade. Estamos em todas as mídias sociais também, no Facebook, no Youtube, no Twitter, no Instagram, pelo perfil *@cvv141*.

Era isso basicamente o que eu queria destacar para os senhores. Desculpem-me se eu fui bem sucinta. Estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Muito obrigada, mais uma vez, Deputado, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sra. Leila, pela sua apresentação.

Eu passo a palavra ao Dr. Renato Opice Blum, para a sua apresentação.

O SR. RENATO OPICE BLUM - Obrigado, Deputado Sandro Alex. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa e pela liderança desse tema. Bom dia a todos!

Eu conversava agora com o Thiago Tavares, aqui ao lado, e confesso que fiquei extremamente mais preocupado do que eu já estava — a minha plaquinha até foi para o chão.

Eu vou fazer uma apresentação, mas eu quero, inicialmente, expor dois temas, que, de acordo com meu entendimento, são os principais, os mais delicados e os mais sensíveis.

Primeiro ponto: educação digital ou falta da educação digital — não necessariamente para os adolescentes em si, considerando a explicação técnica que estou ouvindo aqui, do ponto de vista psicológico, mas para a sociedade como um todo — e os riscos relacionados ao uso das novas tecnologias, ao uso das redes



sociais, ao excesso de informação que nós recebemos hoje. E quero pontuar a questão do excesso de informação *versus* a falta de educação digital que nós temos.

O que falta neste momento? Um estímulo mais direto, mais efetivo, mais objetivo. Eu entendo que isso deva vir do Estado, talvez até por força de lei ordinária específica, obrigando e implementando políticas, cadeiras, matérias, em todo o tipo de instituição onde for possível fazer essa divulgação ou esta, entre aspas, “educação”. Este é o primeiro ponto que eu quero estimular e destacar aqui.

O segundo ponto é mais complexo, mais delicado — é difícil até falar que é mais complexo, quando falamos da falta de educação digital —, mas é algo que envolve uma mistura disso tudo: a tecnologia *versus* a questão da legislação, *versus* a questão técnica.

Eu sempre digo que hoje, infelizmente, nós temos uma dificuldade e um grande inimigo, que é o tempo. E a nossa dificuldade, como pessoas físicas, é acompanhar minimamente a evolução tecnológica. Temos dificuldades corporativas e dificuldades legais.

Como a legislação, minimamente, pode acompanhar e como os Tribunais estão entendendo e compreendendo os reflexos oriundos de certas questões envolvendo o uso, talvez, irresponsável da Internet?

Dentro desse foco, o mundo neste momento debate um ponto muito complexo: a questão das notícias falsas ou *fake news*. Isso ocorre em virtude da possibilidade que existe hoje, muito intensa, muito real, de você conseguir induzir comportamentos, de você conseguir fazer com que algo que não é verdade, uma mentira, pareça verdade, novamente em função do tempo. Hoje tudo é muito imediato.

Conversando aqui rapidamente com o Thiago, com relação a essa questão das *fake News*, eu comentei: “Thiago, há algumas notícias que demonstram que talvez não exista o jogo *Baleia Azul*”. E o Thiago me confirma: “Não existe mesmo o *Baleia Azul*”. O *Baleia Azul* é um boato, um boato que foi amplamente disseminado a partir da notícia, da liberdade da informação, que existe e deve continuar existindo. Por sua vez — vejam que curioso —, esse boato acabou estimulando diretamente aqueles que procuram a obtenção da dor, a obtenção do sofrimento, a irresponsabilidade. Esse é o problema que eu acho mais complicado. Muitos



acabaram, sim, criando algumas versões do tal Baleia Azul. Infelizmente, essas versões acabam, conforme explicações técnicas dadas aqui, por seduzirem adolescentes, pessoas em geral, inclusive adultos. Talvez consigamos combater um pouquinho essas ocorrências com a educação digital, com os estímulos à educação digital.

Por outro lado, surge a questão: O que nós podemos fazer com relação à tal ou às tais *fake news* ou notícias falsas? Hoje nós tivemos esse estímulo pelas eleições e temos agora o exemplo clássico, específico, direto, real, do suicídio ou da mutilação envolvendo os ou as Baleias Azuis. Será que existe alguma forma de controlar? Se existe alguma forma de controlar esse tipo de ação que induza o indivíduo ao suicídio ou à automutilação, nós devemos adotá-lo, sem dúvida nenhuma, para evitar morte, para evitar sofrimento, para evitar um mal maior.

Então, eu estou tentando aqui conjugar educação digital, questão tecnológica e a legislação, porque a legislação deve, sim, ser atualizada quando o Estado, quando a sociedade se torna incapaz de gerenciar determinada situação.

Nós estamos falando neste momento de suicídios, de mortes, de automutilação, e o Thiago vai trazer alguns números aqui, confesso, impressionantes.

Dentro do ponto de vista legal hoje, vamos utilizar um pouquinho do Direito Comparado. A Europa, que está liderando esse debate, especialmente com relação à questão *fake news*, traz dois pontos. Vamos, então, primeiro, estudar o que a legislação pode fazer e o que nós podemos evoluir nesse ponto.

Segundo, vamos estudar o que as aplicações podem fazer. Então, vamos ver quais são as ações efetivas que o Facebook, que o Google, que todos esses serviços, que todas essas redes sociais podem fazer para diminuir a intensidade disso. Eu não diria eliminar isso, porque eu acho complexo, mas ações para diminuir. Talvez eles usem até questões envolvendo a própria inteligência artificial, a questão cognitiva, o sistema Watson, para que se consiga evitar a disseminação dessas informações ou desses estímulos a esse tipo de comportamento. Esses esforços devem ser estimulados e adotados na medida do possível: a evolução, o aprimoramento, o aperfeiçoamento de termos de uso.



Por que termos de uso? Porque nós tínhamos aqui. Foi citado inclusive o Marco Civil da Internet. E eu tenho alguns elogios e algumas críticas ao Marco Civil. Como eu disse, um dos nossos grandes inimigos, talvez o principal deles, seja o tempo. O Marco Civil da Internet hoje, para conteúdos ilegais, traz uma certa dificuldade quando a aplicação não prevê aquela situação nos seus termos de uso.

Essas circunstâncias relacionadas a esse tipo de jogo, a esse tipo de notícia, se não estiver previsto, pode trazer um atraso, considerando que, quando se identifica esse comportamento ilegal, essas ações ilegais, essa identificação já acontece atrasada. Então, no menor tempo possível, essas ações, inclusive a atualização de termos de uso, devem ser adotadas.

Finalizando, vou passar aqui alguns eslaides pontuais.

A minha preocupação está na falta de educação digital. A solução seria um estímulo direto por parte do Estado e da legislação. O segundo ponto se refere à exacerbada e descontrolada proliferação dessas notícias falsas, que acabam propiciando comportamentos altamente nocivos, estimulando, vamos dizer, criminosos a praticarem atos contra pessoas vulneráveis. A consequência que nós temos é essa: milhares de pessoas se automutilando e se suicidando.

Citei aqui três possibilidades para se trabalhar. Não tenho resposta efetiva, mas entendo que a legislação deva ser atualizada, sem dúvida. Esse debate é permanente. Citei a questão da implementação de novas tecnologias e a colaboração efetiva das aplicações como um todo. Houve aqui a demonstração de algumas ações importantes, e isso deve ser, sem dúvida alguma, estimulado.

Vou passar aqui alguns eslaides. Permita-me, Deputado, fazer isso de pé, porque fico um pouco mais à vontade.

Deixo minhas redes sociais à disposição dos senhores e o convite para que todos participem desse debate junto comigo.

(Segue-se exibição de imagens.)

“Nova vítima da Baleia Azul recebia instruções de madrugada pelo telemóvel.”

Telemóvel é como nós chamamos o telefone celular em Portugal. Então, notem: essa questão é global. Vamos reforçar também esse ponto. Não é uma prerrogativa, uma consequência só do Brasil. Trata-se de um esforço que tem que ser feito globalmente. Eu citei aqui a União Europeia, mas os Estados Unidos



também têm algumas ações nesse sentido. Inclusive, por que não, talvez seja esse o caso, dada a dificuldade do segundo ponto que eu citei, termos um esforço internacional, capitaneado pela ONU ou por qualquer outra organização, talvez até pelo Conselho da Europa.

Quero citar outro ponto aqui. Notem: *“Nova vítima da Baleia Azul recebia instruções pelo telemóvel”* — instruções complementares. Então, às vezes, o primeiro contato pode acontecer numa aplicação, numa rede social.

Hoje tudo é muito dinâmico. Nós temos vários canais de comunicação. Daí essa complexidade. Quando se fala em educação digital, até pelas explicações técnicas que foram dadas, do ponto de vista psicológico, às vezes, é difícil conseguir entender por que alguém se automutila ou mesmo se suicida, parecendo, muitas vezes, ilógico. A educação digital acaba trazendo esse despertar para as pessoas que estão perto das vítimas.

Quem seriam essas pessoas? Os pais, acima de tudo, a família. Eu acho que a educação digital tem que ser centrada notadamente na família como um todo. Eu digo que todos, sem exceção, estamos envolvidos nesse desafio tão importante e tão delicado.

“Ameaça de envenenamento de crianças ligada ao Baleia Azul causa pânico entre pais”. Aqui é uma questão que envolve uma notícia não confirmada, mas é o boato que se propaga muito rapidamente e gera esse tipo de consequência.

A matéria diz que mensagens com ameaça de envenenamento de alunos em diversas cidades do País estariam sendo divulgadas em grupos de WhatsApp. As aplicações também incluem a questão do WhatsApp, do SMS e de todas as formas de comunicação.

Nós temos hoje uma dinâmica muito grande, uma diversidade muito grande e uma dificuldade muito grande do estudo e da compreensão de todas essas questões.

Trago uma comunicação real. Estou usando aqui alguns eslaides da NET que fomentam essas ações de educação digital. Aqui o sujeito está conversando com alguém e fala: *“Jogo sem volta. Já rastreamos o seu IP”*.



Isso é muito fácil! Quando se está conversando com uma pessoa, é possível se identificar o IP. Mas a pessoa que está do outro lado acaba ficando com medo. Eu o encobri, obviamente, mas está lá: *“São Paulo”*.

E continuam: *“A partir de agora estaremos lhe rastreando”*. *“Vão chamar a polícia”*. Vejam aqui que há um indicativo de medo: *“Vão te rastrear”*. Ele escreve assim: *“Nossos IPs são camuflados com tecnologia do Tor Browser”*.

Esta é mais uma dificuldade que é importante trazermos aqui. Existem métodos hoje de navegação anônima extremamente poderosos, como o Tor, que talvez seja o grande exemplo. É muito difícil se conseguir investigar ou quebrar o sigilo, ainda que com ordem judicial, quando há utilização do Tor, infelizmente.

“Ok. A escolha é sua. Logo estarei pedindo para um ADM do jogo fazer o seu trabalho por você. Polícia? Quem são eles perto do grupo Baleia Azul?”

Esse é outro alerta que eu quero fazer. Será que nós temos uma estrutura — quando digo “nós”, refiro-me ao mundo inteiro — mínima capaz de gerenciar isso? E já ousou responder que não, em função dessa nossa dificuldade de acompanhar a evolução tecnológica.

E aqui a conversa segue de outro jeito, de uma outra forma ainda mais drástica. Aí nós falamos um pouco da proteção de dados. Temos um debate muito intenso nesta Casa. Ao que tudo indica, nós deveremos aprovar a Lei de Proteção de Dados. Esperamos que isso aconteça da melhor forma possível até o final do ano.

O que o sujeito faz aqui? Ele diz: *“Olha, eu conheço seus amigos, conheço sua família”*. Ele cita nomes inclusive: *“Seus amigos são: Débora, Vinícius, Flávia...”*, etc. Essa é outra forma de coação. Como eles sabem esses dados? Pode ser que ele tenha invadido um sistema, pode ser que ele tenha interceptado, pode ser que, voluntariamente, a pessoa — nós fazemos isso reiteradamente — tenha fornecido esses dados, pode ter havido uma brecha de segurança também.

Há um exemplo que sempre dou: dentro dessa evolução tecnológica, Deputado, nós usamos vários aplicativos. Todos nós, sem exceção. Nós lemos termos de uso? Eu citei aqui os termos de uso das aplicações: Facebook, Google etc. Mas nós temos esse hábito de ler essas informações? Ali estão direitos, deveres e garantias, etc. Não temos esse hábito, mas deveríamos ter. Notem: nós estamos



com um *gap*. Existe algo que não está fechando e temos que consertar isso. Na minha visão, a ação principal é a educação digital.

“Alerta: cibercriminosos obrigam crianças a participar do jogo ‘Baleia Azul’”. Diz a matéria: *“Iniciado na Rússia entre 2015 e 2016, o ‘jogo da Baleia Azul’ (Blue Whale) está supostamente ligado a uma série de suicídios”*.

Eu conversava também com o Eduardo, que tem eslaides muito mais interessantes que os meus aqui, e eu coloquei aquela questão: Será que existe o tal do jogo? Fiz isso na minha abertura. Hoje, infelizmente, nós temos várias versões. Não tínhamos ao que tudo indica. Hoje nós temos. E não adianta nós pensarmos que a Internet é muito bonita, etc. Não. A Internet tem muita coisa perigosa. Tem muita gente que quer o mal da outra pessoa, que quer causar o mal, que quer ver sofrimento. E nós temos que educar e estar preparados minimamente para isso, sem dúvida.

Há também o jogo de asfixia. Vamos sair um pouco do Baleia Azul. O jogo da asfixia é aquele jogo em que uma pessoa fica numa parede e outras pessoas pressionam o peito dela até ela desfalecer, apagar, desmaiar. Por mais curioso que possa ser, isso acontece de uma forma muito intensa. Dados preliminares de um levantamento feito com 1.395 crianças francesas e brasileiras, de 9 a 12 anos, mostraram que 40% dessas crianças já participaram desse jogo. Desses 40%, 10% já chegaram a desmaiar. Nós temos aqui vários vídeos, tivemos a apresentação, tivemos a demonstração de esforço do Google. Há vários vídeos sobre o jogo no Youtube: em 2010, havia 500 vídeos; em 2016, 16 mil vídeos. Novamente há o questionamento: Por que fazem isso? É ilógico. Mas estão registradas 1.121 mortes e 135 sequelas. Esse eslaide tem mais ou menos 1 ano, se não me engano.

Outra matéria: *“Criança tem 40% do corpo queimado após imitar brincadeira da Internet”*. Nós voltamos de novo àquela questão: Será que os pais estão acompanhando? Porque não adianta só colocar bloqueio, isso e aquilo. Hoje, pode-se ter acesso através de dispositivos de amigos, até mesmo amigos de escola; através de um *cyber* café, etc. É preciso estar o mais próximo possível, principalmente das crianças, que não têm o seu discernimento aperfeiçoado ou minimamente capaz.



Cito ainda: *“Adolescente morre nos Estados Unidos tentando imitar brincadeira que viu no Youtube”*. Isso é a mesma coisa.

Eu citei aqui a quantidade de vídeos que nós temos, e o Google está se esforçando, tentando tirar, etc. É briga de gato e rato. Por isso, eu disse no início: se existir uma tecnologia capaz de minimamente fazer essa inteligência e conseguir distinguir o ilícito, o nocivo do não nocivo, isso tem que ser adotado.

“Jovem morre depois de inalar gás de buzina em Rio Preto”. Eu pergunto: Quem aqui iria, sabendo o que é um gás de buzina, inalar esse gás de buzina? A chance de morrer é enorme. Não iríamos. Mas essa questão ilógica é novamente real. E as explicações técnicas foram dadas aqui.

Aqui há outras situações: o desafio da canela; o álcool no corpo; aquela em que a bexiga com água vem e tampa a respiração. E daí por diante, só para ilustrar que isso é real, infelizmente.

Eu já fiz as considerações iniciais com relação ao Marco Civil, critiquei um pouco e digo que discordo do art. 18 e seguintes do Marco Civil. E aqui pontuo, Deputado, tecnicamente: antes do Marco Civil — vou fazer o *disclaimer* aqui —, para a remoção do conteúdo ilegal identificado, e estamos falando de condutas efetivamente ilegais contra crianças e adolescentes, avisava-se a aplicação, o provedor de conteúdo, como nós chamávamos, porque ele que tem a chave de ligar ou desligar, de tirar ou colocar. Essa é uma nova realidade. Essa é uma função das aplicações.

O que a aplicação fazia? Tomei conhecimento: segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para se remover era de 24 horas. Isso ainda se aplica hoje com ordem judicial, mas com ordem judicial. E, mesmo assim, 24 horas, na minha visão, praticamente aniquilam qualquer chance de se evitar uma proliferação mais desenfreada. Teria que ser quase em tempo real.

Então, antes do Marco Civil, avisava-se, a aplicação tomava conhecimento, até porque não teria obrigação de monitorar, e se removia o conteúdo ilegal. Não sei também se daria para monitorar 100%. Acho que isso não daria, mas 90% talvez desse. Não tenho essa resposta direta.

O Marco Civil vem e diz: *“Olha, o provedor pode até fazer isso, a aplicação pode até fazer isso”*. Por isso que eu mencionei a atualização dos termos de uso. Eu



acho que isso deve constar nos termos de uso. E por que deveria ser feito nesse menor tempo possível e não com uma ordem judicial? Porque, quando nós descobrimos algo ilegal, a vítima, os pais, a família, os policiais, enfim, os órgãos de investigação, isso já acontece de uma forma atrasada. Nós estamos falando da Internet. A proliferação acontece em 2 segundos. Então, quanto menor for o tempo, mais efetividade nós teremos, a sociedade terá, em evitar esse tipo de comportamento.

O Marco Civil vem e cria certa limitação. Ele restringe esse tipo de remoção em relação a conteúdos sexuais. Minha posição particular, técnica, é de que essa limitação é inconstitucional. Há quatro precedentes já nos tribunais sobre isso, mas é apenas uma consideração técnica.

Para encerrar, o que se considera hoje conduta ilegal, já que estamos falando de conteúdos ilegais? O Código Penal cita a instigação ao suicídio, no art. 122; a lesão corporal e a exposição ao perigo. Há legislação para isso. O que falta, novamente, é a adequação e a equalização com a educação digital e a eficácia, o que é chamado de *enforcement* no Direito norte-americano. Tem que haver efetividade.

A criança até 12 anos, só para pontuarmos, e o adolescente de 12 a 18 também tem o seu grau de responsabilidade. Vou deixar claro aqui. Há aquela visão equivocada de que o sujeito é menor e não terá responsabilidade. Mas, tem, sim. O ECA traz essa responsabilidade. O adolescente de 12 a 18 anos pode responder por um ato infracional e sofrer uma medida socioeducativa. Se ele tem até 12 anos, ele recebe medidas de proteção. Isso está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Aliás, há uma lei fresquinha, se não me engano de ontem inclusive, que prevê agora infiltrações de policiais para investigação de pornografia infantil. É uma lei muito atualizada. Eu estava vendo hoje de manhã, junto com o Thiago.

Falei tanto de educação digital, aplicações, termos de uso, um pouco de Marco Civil, esta dificuldade toda, mas, para encerrar essa explanação, quero “linkar” um pouco a questão da educação, que eu disse que tem que ser para todo mundo. Os pais, em especial, nós hoje temos uma obrigação a mais. Visto isso tudo que está acontecendo com o uso da Internet, menciono aqui o art. 1.634 do Código



Civil. Nós temos a obrigação de dirigir a criação de nossos filhos de uma forma adequada, com a devida educação.

Vou até ampliar um pouco aqui. Os pais dão essa educação mais próxima, mais familiar. A escola traz a educação mais técnica. Hoje as coisas se intercalam. Hoje, até em função do nosso dia a dia, é muito comum os filhos ficarem quase o dia inteiro nas escolas. Então, a escola hoje tem um papel muito importante. E, conforme eu estimei e citei aqui, eu acho que deve ter até mais, por força de uma futura legislação que pode vir.

Essas são, Deputado, as minhas considerações. As minhas redes sociais estão informadas aqui. Contem sempre comigo, no que eu puder ajudar, colaborar, nessa tarefa tão difícil, que é tentar minimamente dar um pouco de conforto não só às crianças e aos adolescentes, mas aos pais e à sociedade como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Renato Opice Blum, pela sua apresentação.

Eu passo a palavra a Thiago Tavares.

V.Sa. tem 15 minutos.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Sandro Alex. Eu quero saudá-lo, bem como a todos os colegas de Mesa e nobres Deputados e Deputadas presentes, e o distinto público que nos acompanha presencialmente nesta audiência pública e também pela *TV Câmara*.

Eu vou usar do precedente do meu amigo Renato e pedir permissão para falar de pé, porque assim consigo acompanhar os meus eslaides. Com licença.

Agradeço mais uma vez o convite. Vou passar alguns eslaides de contexto.

(Segue-se exibição de imagens.)

A SaferNet Brasil atua há 11 anos no Brasil, defendendo os direitos humanos e as liberdades na rede. Nosso compromisso é conscientizar, ou seja, trabalhar com educação para promover boas escolhas *on-line*. Nós acreditamos, portanto, que a educação promove o conhecimento, que proporciona escolhas. Quem tem escolhas tem liberdade para optar. Navegar com segurança é navegar com liberdades, é fazer boas escolhas *on-line*. Então, acreditamos muito neste binômio, liberdade mais



conhecimento, que gera oportunidades e capacidades para se fazerem boas escolhas *on-line*.

Muito bem, indo direto ao ponto, falo em relação ao caso Baleia Azul. Eu dividi a minha apresentação, Deputado, em três tópicos: o que nós sabemos; o que nós fizemos, especialmente nos últimos 30 dias; e algumas recomendações que nós trouxemos ao Congresso.

O que sabemos? A história da Baleia Azul, o *hoax*, ou seja, o boato da Baleia Azul, chega ao Brasil, com força, no dia 1º de abril deste ano, dia também conhecido como dia da mentira. No dia 1º de abril, uma grande rede de TV veiculou, em seu jornal em horário nobre, uma matéria baseada em informações que circularam anteriormente na Rússia, em 15 de março de 2016, ou seja, a história tinha mais de 1 ano quando chegou ao Brasil. A notícia original foi veiculada na Rússia em 15 de março de 2016. Então, 1 ano e 15 dias depois, ela chega com força ao Brasil por meio dessa matéria televisiva.

E chega por meio de uma abordagem muito equivocada, porque a imprensa, ao tratar de casos de suicídio, deve seguir uma série de protocolos, exatamente em razão do efeito contágio, que foi já mencionado aqui pelo Dr. Rogério e pela Dra. Leila. E a matéria não segue as recomendações mínimas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. Existe um manual, desde 2000, editado pela OMS, com recomendações para a imprensa tratar desse assunto. O manual é quase um tutorial e explica quais são os desafios, como participar desses desafios, as consequências, as fotos, as imagens, etc.

Qual foi a consequência disso? A consequência disso está aqui. Este é um serviço público do Google, o Google Trends, que mostra as tendências de busca. Então, se a pessoa acessar o Google Trends, poderá verificar o comportamento das buscas por determinado assunto. Logo depois da veiculação dessa matéria, no dia 1º de abril, aconteceu isto aqui: uma explosão, um aumento de 1.150% nas buscas feitas no Brasil, no Google — e a ferramenta traz a evolução por Estado da Federação —, por informações sobre o desafio da Baleia Azul, o jogo da Baleia Azul, os tópicos relacionados, suicídio, jornal. Enfim, a ferramenta mostra as pessoas procurando informações sobre a matéria.



Vejam esse gráfico. Essa é a curva de evolução das buscas feitas no Brasil. Vejam que o ponto de inflexão é exatamente o dia 1º de abril, quando a matéria é veiculada nessa grande rede de TV. A linha sobe imediatamente no dia da matéria e no dia seguinte; depois, ela cai e, em seguida, assume uma curva extremamente ascendente. Por quê? Porque a matéria que repercutiu a *fake news*, a notícia falsa veiculada na Rússia em 15 de março de 2016, e que chegou ao Brasil de forma sensacionalista e alarmista, acabou servindo de gatilho para esse efeito contágio já mencionado.

São 120 mil casos de tentativas de suicídio por ano no País, são 12 mil mortes por ano, ou seja, como já foi dito aqui, 1 morte por hora. Mais de 1 morte por hora é causada por suicídio. E, sempre que sai uma matéria explicando o *modus operandi*, como aconteceu, como a pessoa conseguiu se matar, etc., aqueles que já tentaram o suicídio acabam copiando, tentam reproduzir o mesmo ritual.

Voltamos à discussão. O que lemos, inclusive na imprensa, é real ou falso? O Safer Internet Centre da Bulgária, em 13 de março de 2017, ou seja, antes da veiculação da matéria pela *Record*, já tinha se posicionado e dito claramente: “*O Blue Whale*” — a Baleia Azul — “*é uma fake news*”. E na Bulgária eles investigaram isso a fundo, porque a notícia surgiu na Rússia, mas começou a se espalhar pelos países do Leste Europeu, e depois ela chegou aos Estados Unidos e aos outros países da Europa pela via dos tabloides. Quem veiculou essa informação na Inglaterra? Os tabloides ingleses, que ganham em cima disso e não tem muito compromisso com a qualidade da informação que veiculam.

Então, no dia 13 de março, o Safer Internet Centre da Bulgária já tinha desmentido essa informação. Posteriormente, o Safer Internet Centre do Reino Unido também se posicionou formalmente, dizendo: “*O jogo da Baleia Azul é um exemplo de matéria falsa e sensacionalista*”.

O Snopes, que é uma agência de *fact-checking*, ou seja, de checagem de informação, produziu um longo levantamento. Há um longo *post* no *site* deles que explica por que essa notícia é falsa. E não há nenhuma evidência que comprove que as 130 pessoas que morreram na Rússia têm relação com esse jogo.

Então, discutir o impacto das *fake news* é importante nesse contexto. As *fake news* têm esses *modus operandi*: elas podem surgir a partir de uma sátira ou



paródia — ou seja, aparentemente, elas não têm a intenção de causar alarme, mas elas têm o potencial de gerar alarme; elas podem usar a técnica de produzir conteúdo equivocado, conteúdo falsamente atribuído a outras pessoas; elas podem usar fontes genuínas e mudar o contexto das declarações, o contexto das manifestações, para tentar legitimar outras informações; elas podem usar conteúdos que são 100% falsos, que têm como objetivo único e exclusivo espalhar o alarde e, muitas vezes, monetizar o retorno desses conteúdos falsos; elas podem usar conexões falsas, contextos falsos e conteúdo manipulado. Então, existem várias técnicas de produção de *fake news*.

Essa pesquisa foi feita em março deste ano na Inglaterra, ou seja, é muito recente, e tem produzido bastante conhecimento sobre o assunto. O Brexit foi bastante influenciado pelas *fake news*, assim como a eleição de Donald Trump e, agora, a eleição de Emmanuel Macron, na França. Qual é a percepção da própria imprensa em relação às *fake news*? Na Inglaterra, 77% das empresas de mídia tradicional, deliberadamente, detectam o que é notícia falsa e afirmam: “*Isso é boato, isso é notícia*”; 68% não checam se a história é verdadeira ou falsa.

Aqui no Brasil, algum jornalista tentou fazer aquilo que qualquer jornalista investigativo faria, que é tentar jogar o jogo e ver se ele de fato existe, infiltrar-se num grupo de WhatsApp, de Telegram, o que seja, e interagir com a suposta organização criminosa que está comandando essa célula de controle que espalha o jogo pelo País? Não. Eu não conheço nenhum jornalista que tenha se dado ao trabalho de começar a jogar o jogo e depois nos contar a história. Desconheço.

Na Inglaterra, 61% dos veículos de imprensa usaram a *fake news* e a moldaram à sua visão e à sua agenda política e regulatória; outros 56% se posicionaram e deixaram clara a sua visão política ou a sua agenda regulatória, que pode ser oculta ou pode ser explícita. Isso na Inglaterra.

Como a *fake news* é percebida pela população? Esses dados são dos Estados Unidos, onde há uma grande produção de notícias falsas. Aqui vemos alguns exemplos, entre eles o da notícia falsa de que Donald Trump usou seu próprio avião para transportar 200 *marines*. Essa foi uma *fake news* veiculada. Quarenta e nove por cento da população americana entendeu que essa notícia era muito acurada, que fazia sentido, ou seja, acreditou, foi influenciada pela *fake news*.



Há outros casos. Por exemplo, “*Papa Francisco choca o mundo e endossa a campanha de Donald Trump para Presidente*”. Vinte e oito por cento da população americana achou que isso era verdadeiro, que o Papa Francisco realmente tinha feito isso. Ou seja, as *fake news* são um problema real. Esse aqui também é um dado recente. A fonte dessa pesquisa é a Ipsos, uma empresa de pesquisa reconhecida no mundo inteiro. Quando você olha os números de compartilhamento dessas notícias, você vê que elas conseguem se propagar e alcançar uma quantidade muito grande de pessoas. A notícia, a *fake news* de que o Papa Francisco teria endossado a campanha de Trump gerou 960 mil engajamentos no Facebook. Isso significa, Deputado, que quase 1 milhão de pessoas compartilharam, curtiram e ajudaram a espalhar a *fake news*.

E qual é o objetivo das *fake news*? Existem vários. Um deles é o de manipular a opinião pública. Esse é um dos principais. Isso é muito usado no contexto político.

Em relação ao Baleia Azul, o que nós da SaferNet sabemos? Desde o surgimento das primeiras notícias sobre a chegada desse *hoax*, desse boato, o Baleia Azul, ao País, a SaferNet tem coletado evidências e trocado informações com linhas de denúncia (*hotlines*) e linhas de ajuda (*helplines*) no Brasil e no exterior. Nós, no Brasil, operamos as duas linhas, tanto a linha de denúncia quanto a linha de ajuda, no caso, a *helpline*. Temos o Centro de Valorização da Vida — CVV e também o *helpline.org.br*, um portal de ajuda também operado por psicólogos.

Não encontramos nenhuma evidência que comprove a existência de uma ação coordenada, tampouco uma estrutura centralizada de comando e controle, no Brasil ou no exterior, que supostamente seria responsável por criar grupos em aplicativos de troca de mensagens e fóruns em redes sociais com o objetivo de recrutar, reunir ou agrupar adolescentes e jovens e induzi-los a cometer suicídio.

Eu ouvi a campanha tocar, mas vou contar com a generosidade do Deputado Sandro Alex. (*Riso.*)

As evidências coletadas pela SaferNet no Brasil e por vários Safer Internet Centers no exterior indicam a existência de grupos descentralizados criados por indivíduos — ou seja, não são organizações criminosas, mas indivíduos —, em sua maioria adolescentes e jovens, muitos deles em situação de vulnerabilidade, que estão passando por sofrimento psicológico grave, que estão vulneráveis e acabam



criando grupos para tentar reunir outros na mesma condição, com o objetivo de fazer “trollagem” — muitos grupos são de “trollagem” —, praticar *cyberbullying* — o objetivo claro de vários grupos é a prática de *cyberbullying* —, e, em alguns poucos casos isolados, incitar ou induzir outros adolescentes e jovens vulneráveis a cometer suicídio.

A criação de fóruns na *web* com conteúdos de incitação ou auxílio ao suicídio é um fenômeno conhecido há décadas, tendo os primeiros casos no Brasil sido reportados pela SaferNet em 2006, 11 anos atrás. Esse fenômeno, portanto, não surgiu com o Baleia Azul.

A superexposição dos casos concretos de suicídio na mídia e nas redes sociais tem gerado um ciclo perverso que se retroalimenta: o alarmismo produz pânico na população, que aumenta o medo e a preocupação de pais e educadores e que pouco contribui para ajudar aqueles em situação de sofrimento emocional, sobretudo de pessoas vulneráveis e suscetíveis ao efeito contágio.

Eu trouxe, Deputado, uma matéria do *The New York Times* de 1987, ou seja, de muito antes do surgimento da Internet comercial no mundo. Essa matéria de 1987 já chamava a atenção para o efeito contágio provocado pela divulgação de notícias que detalham casos de suicídio.

É por isso que vigora na maioria das redações uma espécie de autocensura ou uma cautela diferenciada, quando da cobertura de casos envolvendo suicídio. Por quê? Porque está comprovado cientificamente, há mais de 30 anos, que, quando você divulga detalhes de como um caso de suicídio se consumou, aqueles que já tentaram o suicídio tendem a copiar.

Essa matéria retrata exatamente isso, que jovens e adolescentes dos Estados Unidos copiaram o *modus operandi* usado por outros jovens para cometerem suicídio.

Muito bem. O que fizemos? Acompanhamos isso muito de perto, percebemos que a cobertura da imprensa estava completamente equivocada e, uma semana depois, publicamos uma nota no perfil institucional da SaferNet no Facebook. Essa nota é um verdadeiro textão e acabou se espalhando, acabou viralizando, atingiu mais de 150 mil pessoas em propagação orgânica, ou seja, isso não foi impulsionado, foram os próprios usuários que compartilharam a nota. Foram mais de



1.800 compartilhamentos. E a nota chegou à redação de muitos veículos importantes. O jornalista André Trigueiro, ex-âncora da *Globo News*, publicou em seu *blog* e nas suas contas nas redes sociais a própria nota e pediu aos colegas jornalistas que lessem e levassem o teor da nota em consideração.

Fizemos uma reunião virtual com representantes das linhas de ajuda e de denúncia filiadas à Inhope. A Inhope tem 51 linhas de denúncia em 48 países. Nessa reunião estavam presentes representantes de 35 países. Conversamos, durante mais de 3 horas, sobre os reflexos, as implicações, a propagação e os impactos dessa notícia falsa em cada um desses países.

Ontem mesmo eu conversei com colegas na França, na Alemanha e em Portugal. A todos eles perguntei: *“Alguma novidade por aí? Vocês conseguiram encontrar alguma célula de comando e controle?”* Eles falaram: *“Nada. Até agora, a propagação feita por veículos sensacionalistas é que acaba dando tração a mais e mais repercussão, é que acaba gerando mais e mais repercussão sobre um jogo”*.

Na verdade, não é um jogo, porque não é um aplicativo que você baixa, não é uma plataforma que você acessa para jogar, não é uma página na Internet que você possa pedir para remover, é uma técnica de engenharia social. O Baleia Azul é uma técnica de engenharia social pela qual se disseminam mensagens, por aplicativos de mensagem, por fóruns da Internet que usam técnicas de engenharia social, e que também usa a lógica da gamificação para se propagar e conseguir chegar aos jovens.

Acho que o Dr. Rogério mencionou a lógica da gamificação. Quando se criam personagens e se começa a hierarquizá-los a partir de uma lógica de gamificação, aquilo vai envolvendo as pessoas que já tinham algum pensamento suicida.

Muito bem. Já caminho para a conclusão. Nós lançamos um *call for support*, uma campanha para chegar a essas pessoas. Essa campanha atingiu diretamente mais de 3 milhões de usuários. Em parceria com o CVV e o Facebook, lançamos um guia com dicas para orientar esses usuários sobre o que eles podem fazer, usando a própria rede social, para ajudar pessoas, para ajudar amigos que estejam vivenciando alguma situação de risco de suicídio ou que estejam passando por alguma situação de sofrimento e vulnerabilidade. Isso gerou aumento de 228% no número de denúncias de apologia e incitação a crimes contra a vida, lá na SaferNet,



e aumento de 384% no número de casos atendidos pela *helpline*. Trabalhamos nesse período em regime de força-tarefa, em feriados prolongados e finais de semana.

Faço aqui algumas conclusões. E vou encerrar, Deputado.

Segundo a OMS — Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o oitavo país do mundo em número de suicídios. Em 2012, foram registradas 11.821 mortes, sendo 9.198 homens e 2.263 mulheres. O número de tentativas é pelo menos dez vezes maior, chegando a 120 mil ao ano.

Segundo o *Mapa da Violência 2017*, entre 1980 e 2014, a taxa de suicídio entre jovens de 15 anos a 29 anos de idade aumentou 27% no Brasil, sendo a segunda maior causa de óbitos de pessoas entre 15 anos e 29 anos de idade — só perde para as mortes provocadas por acidentes de trânsito.

É especulação afirmar, antes de concluídas as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, que esse jogo é o responsável pelo aumento no número de casos de suicídio de jovens no Brasil. Eu tenho a informação de que a Polícia Federal tem, sim, alguma investigação em curso. Talvez a informação do Deputado esteja desatualizada. O que foi descoberto até agora é que grupos foram criados pelos próprios jovens vulneráveis. Então, quando você vai investigar, você chega a uma escola, na qual há um adolescente de 15 anos de idade, de 16 anos de idade, de 17 anos de idade em depressão, que viu no jogo um gatilho e procurou juntar outros adolescentes na mesma situação de vulnerabilidade para tentar ritualizar um ato de sofrimento, um ato que tem como objetivo final chegar ao cometimento do suicídio.

De modo similar ao que aconteceu na Rússia, o fenômeno Baleia Azul também chegou aqui ao Parlamento brasileiro. Existem vários projetos de lei tramitando nesta Casa, uma CPI foi instalada no Senado, e existem várias propostas legislativas em andamento. É natural que esse tipo de notícia falsa provoque um sentimento de revolta em cada um de V.Exas., é natural que a reação imediata seja esta: *“Precisamos responder a esse fenômeno”*. Mas a resposta precisa ser, Deputado Sandro Alex, muito bem pensada, porque nós já vimos que esse é um fenômeno extremamente complexo. A causa do suicídio é multifatorial, não é passível de simplificação. Mudar a legislação em momentos de pânico, não só na



sociedade, mas também nas próprias famílias... Cada um de nós tem família e fica em pânico quando vê a propagação de casos de suicídio, quando vê casos de suicídio se repetindo e sendo associados a um jogo que supostamente está circulando na Internet. Nós queremos fazer algo, mas agir motivados pelo pânico nos afasta muitas vezes da razão e nos leva a tomar decisões que gerarão consequências e até mesmo colisões com outros direitos humanos fundamentais.

Tive a oportunidade de conversar com o Deputado Odorico pelo celular, rapidamente, e me comprometi inclusive em ir ao seu gabinete para conversar com ele. Conversei rapidamente com ele na audiência, e ele me disse: *“Olha, eu sou médico. Apresentei um projeto de lei muito antes do Baleia Azul. Não é um projeto de lei do Baleia Azul. Eu quero adotar uma medida que seja efetiva no combate ao suicídio”*. Comentei com ele que o programa nacional de enfrentamento ao suicídio é uma diretriz que foi aprovada em 2006, Deputado Sandro Alex, e nunca saiu do papel. Existe uma portaria do Ministério da Saúde que institui esse programa nacional de enfrentamento ao suicídio. Aprovaram a diretriz em 2006, e ela está lá, nunca saiu do papel. Então, seria importante retomar as discussões sobre essa portaria, sobre essa diretriz, procurar entender, do ponto de vista das políticas públicas, o que tem sido feito e o que não tem sido feito em relação à prevenção ao suicídio no País. Seria importante também conversar com a OMS, a Organização Mundial da Saúde, que tem relatórios periódicos sobre a situação do suicídio no País. O Brasil é o oitavo país do mundo em número de casos de suicídio, e a OMS tem feito uma série de recomendações sobre as políticas públicas do País.

Esse é o debate que precisa ser feito, e V.Exas. são as lideranças, são as pessoas mais indicadas para liderar esse debate. De modo que é fundamental discutir este assunto a partir das políticas públicas e com foco na saúde mental, porque essa é a verdadeira causa.

Também expliquei ao Deputado Odorico que o Marco Civil, ao contrário do que algumas pessoas imaginam, não tem atrapalhado nem impedido a remoção de páginas que fazem apologia ou incitação ao suicídio. Nos últimos 3 anos, exatamente o período de vigência do Marco Civil da Internet, os provedores removeram, voluntariamente, ou seja, sem a necessidade de ordem judicial, o total de 4.807 páginas que foram reportadas à SaferNet Brasil por supostamente



conterem indícios do crime definido no art. 122 do Código Penal, que é o crime de induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça, cuja pena é a de reclusão, de 2 anos a 6 anos, se o suicídio se consuma, ou de 1 ano a 3 anos, se a tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Do ponto de vista legislativo, eu diria que alterar o Marco Civil não terá consequência alguma para a contenção dos casos de suicídio no País — consequência alguma. Terá consequência, sim, na liberdade de expressão e nos direitos garantidos aos 140 milhões de usuários brasileiros que usam a Internet e que encontram no Marco Civil a sua constituição, porque estabelece direitos, deveres e responsabilidades.

Se nós quisermos legislar sobre esse assunto, a minha sugestão, Deputado Sandro Alex, seria a de incluir um inciso no art. 122 do Código Penal, que trata do crime de incitação, induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio e traz as hipóteses para aumento de pena. Hoje existem duas hipóteses para aumento de pena: se o crime é praticado por motivo egoístico — inciso I; se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência — inciso II. Poderia ser incluído o inciso III nesse art. 122, para aumentar a pena nos casos em que esse crime — qual crime? O de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio — for cometido com o auxílio de tecnologias de informação e comunicação. Ponto. Incluir esse inciso, sobre o aumento da pena quando o crime for praticado com o auxílio do uso de tecnologias, a meu ver, seria uma resposta adequada, coerente e consistente desta Casa a um fenômeno que tem preocupado tantas famílias e tantas pessoas no País.

O item VII é particularmente relevante. Eu não o desenvolvi porque o Renato já o desenvolveu. Ele trata do papel da educação. É preciso valorizar os esforços em educação e prevenção e dar efetividade e materialidade aos marcos normativos já existentes, sobretudo aos arts. 26 e 29 do Marco Civil, aos objetivos da lei federal que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, a Lei do *Bullying*, e às Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, estabelecidas em portaria do Ministério da Saúde. Precisamos implementar essas políticas, que, volto a dizer, são intersetoriais — o Estado tem o seu papel, a sociedade civil tem o seu papel, as empresas têm o seu papel.



O Marcelo comentou a parceria que temos com o Google. O Google é nosso parceiro há 10 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Conclua, por favor.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Vou concluir.

Estamos trabalhando junto com as empresas na prevenção desses casos de suicídio e também estamos nas tratativas finais de novo projeto que, ao que tudo indica, será paradigmático na questão da segurança da Internet.

Eu concluo com esta frase: o Baleia Azul já produziu danos irreparáveis no Brasil. Violar o Marco Civil da Internet, contudo, é um dano que V.Exas. podem evitar.

Eram essas as contribuições que queria dar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sr. Thiago Tavares.

Ele foi o nosso último orador a fazer esclarecimentos. Nós temos aqui as inscrições do Deputado Adelmo Carneiro Leão, do Deputado Odorico Monteiro e do Deputado Gilberto Nascimento.

Como autor do requerimento, eu teria direito a 10 minutos, mas vou fazer só uma abordagem rápida sobre o que foi dito e passar a palavra a V.Exas., para ouvi-los. Vamos falar um pouco sobre o que ouvimos aqui.

Primeiramente, a preocupação com o tema é real. Como foi dito pela Sra. Leila, do CVV, há um público-alvo: jovens de 15 anos a 29 anos de idade; meninas de 15 anos a 19 anos de idade. O fator nº 1 de mortes no Brasil é exatamente o suicídio de meninas.

Nós ouvimos aqui o representante do Google. E quero agradecer à empresa, Marcelo, por estar representada nesta discussão, nesta abordagem, inclusive na distribuição da segurança *on-line*, da forma como vocês abordam. Estamos aqui num debate aberto com a sociedade e queremos ouvi-la.

Mesmo com todas as ferramentas que o Google disponibiliza, nós temos a informação de que milhares de vídeos de mutilação decorrentes deste fato que estamos abordando hoje foram disponibilizados no Youtube. Sei que a empresa tem procurado retirá-los, mas, como nós vimos, a proliferação no mês de abril foi muito



grande e também aconteceu no Youtube. Até os dias de hoje ainda, vídeos de mutilação praticada por jovens estão presentes no Youtube. Então, as ferramentas que o Google tem colocado à disposição da sociedade ainda não conseguem bloquear totalmente os vídeos de jovens praticando esse ato.

Quero agradecer ao Rogério, que falou da banalização. E é verdade.

Quero agradecer ao Dr. Renato Opice Blum, que já trabalhou conosco na formatação do Marco Civil, um especialista, que está correto quando aborda a importância da educação digital.

Este tema certamente estará na Comissão de Educação e em outras Comissões, pelos motivos abordados, mas hoje estamos abordando o tema da comunicação. Como esse fato se dá na Internet? Este é o tema que estamos abordando. Os outros temas, como o relacionamento entre pais e escolas, a educação, a saúde, os números, serão tratados por outras Comissões. Hoje eu tenho uma abordagem maior, Dr. Renato, ligada à área da comunicação, que é o tema que atinge esta Comissão.

Quero agradecer também ao Thiago pelos números. Ele aborda o fato de que estamos tratando de uma *fake news*, de uma notícia falsa. O Baleia Azul é um boato? Sim, do ponto de vista de uma organização criminosa que atua através de um *site* denominado Baleia Azul. Essa organização que estaria atuando é uma notícia falsa, mas os números são reais, os casos são reais, as abordagens são reais, Dr. Renato. Tanto é que o próprio CVV informa que no mês de abril quase que quintuplicou o volume de pessoas em busca de informações.

Qual é a percepção que eu tenho, Thiago e Renato? Que grupos de morte utilizam-se da denominação Baleia Azul para a prática de incitamentos ao suicídio, a mutilações, autodenominando-se Baleia Azul, mas não são. São grupos de morte, sim, que abordam crianças, jovens, ou seja, vulneráveis, na Internet. Isso é real, isso não é falso. Acredito que o R7, da Record, pode ter dado uma notícia falsa, baseado em algo que aconteceu na Rússia em 2016, mas as demais investigações ocorridas no País mostram que jovens foram induzidos à mutilação e ao suicídio por grupos de morte. Por exemplo, em Curitiba, segundo as investigações, determinadas regiões eram alvo. Ou seja, nós tínhamos aqui criminosos atrás de um teclado.



Eu discutia com o Dr. Renato sobre se são robôs que foram programados por alguém ou se são pessoas que estão atrás desses teclados. Como o senhor colocou na exposição, há essa forma de incitação. Eles aterrorizam quem está do outro lado ao dizer: “*Conheço seu IP, conheço seus amigos*”. Não é um grupo do Baleia Azul, mas são pessoas que de fato existem e que são criminosas. Esse é o ponto sobre o qual eu gostaria de conversar com a nossa Comissão.

Em primeiro lugar, cito a ausência da Polícia Federal, Deputado Odorico. A Polícia Federal diz que não está investigando esse caso. O Ministro da Justiça disse que determinou a investigação por parte da Polícia Federal. Então, hoje a Comissão pergunta ao Ministério da Justiça: não há essa investigação? A Polícia Federal disse que não está nesse caso, pelo menos em resposta dada à Comissão de Ciência e Tecnologia, que não há essa investigação. Vou fazer esse questionamento ao Ministro Osmar Serraglio.

Em segundo lugar, esses convites eram formulados, pelo menos pelas informações que nos chegam, Thiago — e eu gostaria de confirma-las —, através de plataformas do Facebook e do WhatsApp. Eu fiz o convite a eles para que estivessem presentes aqui, e eles falaram que nenhum de seus membros está no Brasil neste momento para vir aqui dar essa resposta, como o Google se faz presente. Ao mesmo tempo, eles dizem que têm uma equipe disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. Mas não havia ninguém para vir aqui hoje.

Então, eu gostaria de saber se essas pessoas que utilizaram a plataforma do Facebook ou do WhatsApp para entrar em contato com esses jovens, com esses adolescentes, com essas meninas são robôs, são máquinas que foram programadas para um público-alvo ou são grupos de morte, como as próprias investigações das polícias estaduais estão nos mostrando.

Qual foi a resposta que o Facebook deu aos seus milhões de usuários e patrocinadores inclusive? Porque atrás de uma página como essa muitas vezes há um patrocínio.

Eu não vi, Dr. Renato, até o presente momento — e sei que a SaferNet já reproduziu —, por parte da empresa Facebook, nenhum comunicado de alerta. Eu não digo em relação a uma *fake news* do Baleia Azul, mas a grupos que estão utilizando a plataforma para aliciar vulneráveis. E isso é real, isso não é falso. O jogo



em si pode ser algo como uma notícia falsa, mas há pessoas que se utilizam dessa notícia falsa para aterrorizar jovens. Isso de fato existe. Eu não vi até o presente momento nenhuma demonstração do Facebook, nenhum alerta em sua página na Internet. Não vi. E não há aqui ninguém do Facebook para responder a mim. Eu gostaria da resposta oficial da empresa.

Enfim, quero ouvir os demais Parlamentares. Nós estamos debruçados sobre o tema. Como disse o Dr. Renato, a legislação acompanha a sociedade, acompanha as movimentações. A legislação também é real. A sociedade questiona: “*O que estamos fazendo? É necessária uma alteração? De que forma?*” É claro que isso vai ser debatido com o contraditório. Eu ajudei a escrever o Marco Civil e também não vou penalizá-lo, mas certamente o mundo muda, e a legislação acompanha. A alguns anos atrás era impensável algo como o que estamos discutindo hoje.

Enfim, quero ouvir os Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Quero cumprimentar meus colegas, as Deputadas e os Deputados, e saudar cada um dos convidados, em especial a nossa convidada Leila Herédia.

Quero dizer que é muito boa esta audiência pública, porque traz considerações que nos levam a fazer uma série de perguntas. Embora o foco seja o suicídio, a questão me parece muito mais ampla, considerando as variáveis que foram postas aqui, cujo resultado final não é só o suicídio, mas também muitas outras ações, também prejudiciais à vida saudável, ao Estado Democrático de Direito e de Justiça, a uma sociedade plural.

Quando começou esta audiência pública, a primeira manifestação, a de Rogério Giannini, já mostrou muito claramente que nós estamos numa estrutura sitiada. Hoje o Congresso Nacional está sitiado, para sustentar um projeto político que está misturado com falsas verdades. Há afirmações consistentes e verdadeiras, mas também há muitos *fakes*, vários *fakes*. Caso contrário, não seria esta a situação que estaríamos vivendo aqui. Se estivéssemos vivendo uma situação em que a verdade fosse estabelecida e o conjunto da sociedade conhecesse o projeto, o que ele significa, e se ele tivesse um conteúdo que eventualmente servisse aos



interesses da sociedade, que efetivamente servisse aos interesses da sociedade, nós não estaríamos diante desta situação. Então, essa é uma questão muito séria.

Estamos tratando do suicídio de jovens que estão dentro de uma estrutura civilizatória, cultural, em que este fenômeno, seja ele um fato, seja ele *fake* — e, como *fake*, também é um fato —, tem uma influência muito forte. Mas, se tratarmos da sociedade brasileira no seu conjunto e na sua pluralidade, devemos tratar também do suicídio em outras condições, nas quais esse fato não interfere, definitivamente, nas quais há muitos mais casos de suicídio, proporcionalmente, do que neste caso de que tratamos. Por exemplo, nas nossas comunidades indígenas, o suicídio é uma situação alarmante. Talvez lá seja o primeiro fator, o mais importante fator, até porque os acidentes de trânsito não são tão significativos, que leva à perda de vidas preciosas de jovens indígenas brasileiros. Esse é outro fato.

Se tratarmos aqui do *fake* como um fato que prejudica e que nos mata a todos ou que nos machuca a todos, vamos verificar o que está acontecendo no País neste momento e as justificativas para as reformas de que estamos tratando. A reforma trabalhista, com seus argumentos, é *fake* ou é fato? É verdade ou é mentira que ela vai produzir transformações extraordinárias para gerar emprego e melhorar a vida deste País? Em melhorando a vida deste País, certamente o número de suicídios pode diminuir.

Foi muito bem colocado pelo Renato e pelo Rogério que a falta de perspectiva de futuro, de visão de futuro, gera angústia, certamente muito mais na adolescência e na juventude. Em não percebendo o futuro, em não percebendo a luz no fim do túnel, o jovem se vê nessa situação.

Em relação à reforma da Previdência Social que está posta hoje, em que a Câmara dos Deputados é colocada como um Estado policial, baseia-se em uma afirmação. É verdadeira a afirmação de que, não se fazendo a reforma previdenciária, o Brasil vai quebrar? Se o Brasil quebrar, perderemos a perspectiva de Nação e de sociedade? Isso leva mais angústia à nossa população? Ou seja, há muitos fatos.

Se esse fato do Baleia Azul leva-nos a uma série de situações de angústia, de ameaças, de alarme na sociedade, o que dizer sobre isso que está acontecendo aqui? Isso não nos alarma? Como fica essa situação?



Então, eu fico aqui com minhas inquietudes e angústias. Às vezes, a nossa atenção é chamada de maneira intensiva, de maneira midiática, colocando-nos em polvorosa, e problemas fundamentais deste País não são discutidos. Se esses problemas não são suficientes, amanhã criaremos novos problemas.

Segundo Zygmunt Bauman — não é, Renato —, estamos vivendo o “mundo líquido”. Se esses fatos não são suficientes para nos chamar a atenção e nos prender, outros fatos serão criados amanhã, e os de hoje já não valerão mais. E os fatos de amanhã servirão para fazer que país, que nação?

Essa questão do suicídio é apenas uma variável grave, preocupante, extremamente preocupante, mas que compromete a vida saudável da Nação como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Concedo a palavra ao Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Bom dia a todas e a todos.

Quero saudar o Deputado Sandro Alex e parabenizá-lo por esta iniciativa.

Quero saudar a Leila e dizer que parte deste projeto nosso foi fruto de uma audiência pública que realizamos no ano passado, quando discutimos o suicídio como um problema de saúde pública.

Quero saudar o Thiago, com que já falei por telefone.

Graças à Internet, acompanhei toda a audiência mesmo não estando aqui. Assisti à exposição de Renato, de Leila e de Marcelo.

Quero saudar os Deputados Adelmo Leão e Gilberto Nascimento.

Quero dizer, primeiro, do contexto da nossa militância em relação a este tema. Parte da minha produção científica na área de P&D está vinculada à questão da saúde, a ferramentas e aplicativos na área de TI em saúde. Nós temos um laboratório de P&D com o pessoal da área de TI, de Engenharia Elétrica e tal. Então, esse tema, além de objeto da minha militância, é também um tema ao qual dedico, de forma profissional, algum tempo.

Participei intensamente dos debates da CPI dos Crimes Cibernéticos. Eu era um dos que, dentro da CPI, sempre defendiam o Marco Civil da Internet. Entendemos que o Marco Civil da Internet é algo extremamente importante, que foi uma conquista deste Parlamento, desta Casa, que foi um avanço no diálogo com a



sociedade. Agora, não podemos tê-lo como uma vaca sagrada nem como um dogma. Acho que é uma coisa importante, mas temos que entender que todos os dias, nesse campo, surgem situações novas às quais temos que nos adequar.

Eu me lembro de que, no ano passado, discuti o Marco Civil da Internet com minha filha, que hoje faz Sociologia na USP — e ela devia ter 17 anos de idade na época —, a questão do crime cibernético e tal, a *deep web*. Tudo isso que estamos discutindo está na *surface*. Eu perguntei a ela o seguinte: “E aí, Sofia, o que você acha de eu entrar?” Ela me disse: “Pai, não entre, não”. Quer dizer, a minha própria filha, discutindo comigo essa questão da convivência dela com a Internet, estava me falando sobre espaços. Eu perguntei a ela: “Você já entrou?” “Eu não entrei, mas o que eu tenho lido...”. Ou seja, a Internet tem, o tempo todo, para nós, esses lados que merecem ser discutidos, sobre os quais temos que refletir o tempo todo. Acho que isso é uma coisa importante.

Nós discutimos aqui a prevenção do suicídio como política pública. Esse foi o nosso grande debate. O suicídio é um problema que acompanha a humanidade. Como a única certeza que temos é a morte, em algum momento, na nossa ansiedade, na depressão, no dia a dia, todos temos um dilema existencial, ainda que instantâneo. Só que algumas pessoas, por determinadas fragilidades, passam a sentir mais isso. O mundo todo vive discutindo isso. Se você for ao Metrô de Paris, ao Metrô de Montreal, a qualquer metrô da Europa, ou mesmo em São Paulo, verá que foram criadas barreiras, porque o metrô é um espaço de suicídio frequente.

Eu morei por 1 ano em Montreal. No período do inverno, aumentam a depressão, a ansiedade e o número de suicídios. E o metrô é o espaço para suicídios. A fragilidade é instantânea, o trem vem, o cara se joga, e mais uma vida se vai.

Então, é importante que entendamos que a prevenção do suicídio tem que ser pensada na perspectiva de política pública. É evidente que o trabalho que o CVV faz é de uma notoriedade imensa, mas está à margem do Estado — em tese porque é um trabalho voluntário. As pessoas se dedicam, 24 horas por dia, 365 dias por ano, àquele trabalho de salvar vidas.

Mais do que isso, temos que pensar também que a depressão é a grande epidemia do século XXI. Portanto, estamos diante dessa situação, ou porque vamos



viver mais, ou porque a pressão sobre a juventude é maior, ou porque há o individualismo, a competitividade, o estresse.

Algumas pessoas que emocionalmente têm fragilidade em determinado instante da vida podem ir para a droga, para o álcool, para uma depressão profunda — e muitas vezes se deve resolver o problema com algum químico. Por tudo isso é importante o sistema de saúde mental dar suporte, porque há as neuroses, as psicoses. Então, os limites são muito estreitos.

E nós temos que entender que neste momento em que as ferramentas de Internet fazem parte de nossas vidas, desde a hora em que acordamos até a hora em que dormirmos — e alguns sequer dormem, ficam na Internet o tempo todo, porque criaram esse vício e tal —, pode haver espaços, e não é à toa que surgiu esse tema da Baleia Azul, que alguém vai aproveitar, até mesmo por ter uma neurose, uma psicose ou um vício. E aí se constrói uma relação que pode estabelecer isso.

Elaboramos o projeto de lei no início do ano, antes mesmo de ter surgido a Baleia Azul, mas ele ganhou essa importância, tanto que o Relator já fez o voto, os Líderes já solicitaram o texto, e o projeto está em regime de urgência para ser discutido. O substitutivo do Relator, que é do Deputado Junior Marreca, ficou muito bom e, inclusive, incorporou essa questão do art. 122 do Código Penal. Acho que temos que discutir isso.

Agora, não pode ser para nós uma situação de que o Marco Civil está aqui e pronto. Acho que temos que tentar construir uma mediação. Qualquer coisa que vamos falar sobre o Marco Civil, ao se discutir o tema, falam o seguinte: *“Estão querendo mexer com a vaca sagrada”*.

Acho que é importante esse espaço do diálogo para entender que as leis mudam com o tempo. Qual foi a grande palavra do ano de 2016? “Pós-verdade”.

Estive nos Estados Unidos fazendo parte de uma missão oficial e travei uma discussão com alguns diplomatas brasileiros. Há possibilidade concreta de um *impeachment* do Presidente americano hoje se conseguirem comprovar que houve associação criminosa entre a campanha do Trump e a Rússia em relação à questão da pós-verdade.



Esse é um debate que a sociedade americana está fazendo com muita profundidade. E por quê? Porque envolve, inclusive, alguma coisa que diga respeito às leis eleitorais norte-americanas. Ou seja, questiona-se a forma como se produziu uma mensagem associada a um ente externo que pode estar usando espaço na Internet para produzir pós-verdade.

Então, essa realidade é algo que tem a ver com a natureza do século XXI, tem a ver com a natureza da chamada “Era da Informação”. Não estamos mais na era industrial. O modo de produção do século XXI, no mundo em que estamos vivendo, é centrado na comunicação, como é a comunicação também o grande motor da economia mundial. Portanto, estamos diante de algo que tem a ver com segurança.

E acho que todas as ferramentas colocadas aqui foram importantes, como foi importante a exposição do Marcelo, que citou questões relacionadas ao Google e às políticas, ferramentas e programas. Acho que isso é uma coisa importante.

E acho que essa preocupação do Deputado Sandro Alex, sempre dedicado a esse tema, traz a gente a este debate importante. E espero que possamos construir uma mediação.

Esta Casa tem essa característica — e esse é o nosso papel — de debater os temas que afligem a sociedade. E temos que trazer esse tema para cá e tentar construir uma resposta.

O nosso projeto de lei, que já estava tramitando e sendo discutido, apareceu com uma resposta. E acho que temos que pensar na possibilidade de ele ser votado. Inclusive, temos que construir um mecanismo para isso. Depois eu queria falar especificamente sobre esse tema — nem todo o mundo está aqui —, porque o objetivo não é discutir o projeto de lei.

Se algum *site* tiver determinado conteúdo que estimula, auxilia e instiga o suicídio, ele tem que ser retirado do ar, porque essa atitude faz parte das políticas que nós temos que construir, como as de promoção à vida, em defesa da vida e de prevenção ao suicídio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Tem a palavra o Deputado Gilberto Nascimento e depois o Deputado Adérmis Marini.



O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Primeiro, o meu bom-dia a todos. Desculpe-me, Sr. Presidente, a minha ausência por um tempo. Eu estava em outra missão. Como nós temos uma série de missões, nesta Casa, que têm que ser cumpridas ao mesmo tempo, às vezes, não conseguimos atender as Comissões. Inclusive, sou Presidente de uma Comissão nesta Casa.

Quero dizer ao nosso querido Presidente Sandro Alex que está de parabéns, porque está sempre muito preocupado com causas como essas. V.Exa. atuou fortemente no Marco Regulatório da Internet e tem se dedicado a esta área. Portanto, nós só temos a parabenizá-lo.

Vivemos hoje uma época muito difícil, complicada, como disse a nossa Leila. Desculpem-me dizer “a nossa Leila”. Tenho liberdade de dizer isso, porque eu a estive assistindo em outro local e sei a simpatia que ela tem.

Nós observamos hoje, por exemplo, essa situação do suicídio, que nos preocupa muito. Recebemos todas as informações. Vivemos uma época em que a tecnologia avançou muito, as informações chegaram muito rápido, mas provavelmente os nossos jovens e o nosso povo ainda não estavam preparados para isso.

É muito triste, Dr. Renato, quando nós vamos a algumas casas — e nós políticos, nos finais de semana, andamos o dia todo nas nossas bases, nas periferias —, e as pessoas dizem o seguinte: “*Deputado, o que vocês conseguem fazer para resolver isso?*” Pergunto: isso o quê? Às vezes, eles nos mostram a própria casa com filhos, netos, com dez pessoas na sala, sendo que todas elas estão conectadas a aparelhos. Esses aparelhos infelizmente distanciam os próximos, mesmo alguns achando que eles aproximam os distantes. Isso é a tecnologia, é a Internet, é o que nós estamos vendo.

Normalmente, as pessoas perguntam: “*Mas como é que se vai resolver essa situação?*” É claro que esse é um problema de educação, é um problema do pai, por exemplo, que chega a casa e diz que na hora do almoço ou do jantar, enfim, em tantas horas por dia, esse aparelho ou esse equipamento não vai funcionar dentro de casa. Não se trata só de deixar o aparelho desligado se a Internet continuar funcionando na casa.



Infelizmente, em relação aos jovens da nossa sociedade, foi colocado hoje que eles não têm esperança, não têm perspectiva, que o número de casos de depressão é muito grande. Não sei o que ocorre em outros países, como nos Estados Unidos, como no Japão, como estão tentando organizar ou por ordem nisso, ordem no bom termo, para que não tenhamos situações como essa. Eu não sei se, por exemplo, naqueles países, essa história da Baleia Azul causou a mesma conturbação nas famílias do nosso País. Isso tudo é impressionante.

Encontramos também pais muito preocupados que perguntam: “*E esse negócio da Baleia Azul?*” Sinceramente, digo-lhes que eu gosto de peixe, inclusive, o símbolo do meu partido é um peixe, mas esse negócio da Baleia Azul não foi uma coisa sobre a qual eu pude me inteirar.

Nós acabamos vendo que hoje está todo mundo muito preocupado, todo mundo está angustiado e sem saber como vai se resolver isso. Claro que essa é uma evolução, é a tecnologia. Provavelmente, o mundo já não conseguirá mais viver sem isso e daqui vai avançar muito.

Agora o que nós precisamos pensar é como vamos tratar a partir daí. Como nós vamos tratar os nossos jovens? É profundamente lamentável vermos, por exemplo, que hoje existem no Facebook vários grupos que acabam trazendo esse tipo de coisa.

Por exemplo, eu estava vendo nesta semana um grupo no WhatsApp que ensina a pessoa a se suicidar. Eu vejo isso com muita tristeza. De origem, eu sou delegado de polícia. Então nós estamos acostumados a mexer com essa coisa do crime, mas da forma como isso está entrando nas casas e da forma como está entrando nos quartos, isso é um negócio horroroso.

Logicamente, no entender das pessoas, principalmente daqueles que acham que nós podemos resolver alguma coisa, pergunta-se: como se resolve isso? Aí se vê uma família, e a família: “*Olha o que minha filha estava vendo*”. E entra-se num *site*, por exemplo, num grupo de Facebook que mostra tudo para a criança. Mostram como se faz, como se coloca a corda em cima. Nós conhecemos já essas táticas. Fecha-se a porta, então fica a ponta. Coloca-se uma cadeira. Daqui a pouco, faz-se um nó e se vê até quando se aguenta ficar pendurado. Normalmente a cadeira cai, e



a criança acaba ficando enforcada. É essa a situação que nós estamos vivendo no Brasil.

Agora isso acontece por quê? Infelizmente, eu concordo que nós não temos muito o controle disso. Também há a necessidade de que as nossas autoridades se responsabilizem. Por exemplo, nesse caso da Baleia Azul, é claro que a Polícia Federal precisaria estar, sim, investigando.

De qualquer forma, isso é um crime, é uma associação ao crime, é uma incitação ao crime. Isso precisaria ser visto e cuidado. Essa tarefa não dá para ser feita pelas policias estaduais, tem que ser uma coisa no conjunto. É claro que a Polícia Federal tem muito mais instrumentos. As nossas policias estaduais têm as suas limitações e muitas limitações, como a falta de equipamentos, e assim por diante.

Acho que V.Exa. realmente deve conversar com o Ministro Osmar Serraglio para pedir o empenho da Polícia Federal nesses crimes. Falo isso até porque, à medida que nós começarmos a inibir isso, outros também terão preocupação. A sensação que nós temos é a de que hoje não há nenhum problema em relação a qualquer coisa que se faça na Internet. Ninguém vai ver, ninguém viu. Na realidade, há formas de rastrear e de saber quem foi o autor.

Eu quero parabenizar o Centro de Valorização da Vida — CVV. Quero parabenizar todos, mas principalmente a CVV e o Conselho Federal de Psicologia — CFP por ter essa preocupação.

Dra. Leila, talvez nós pudéssemos fazer com que as famílias fossem alertadas um pouco mais disso e pudéssemos mostrar o número de suicídios que está acontecendo.

É lamentável essa situação. Vira e mexe, nós encontramos uma família que vê que a menina de 17 anos, 18 anos, 19 anos, que deixou... Hoje também o problema de segurança pública é muito triste. As pessoas, por exemplo, viam que os seus filhos estavam nas ruas e ficavam preocupadas com a segurança deles. Agora, com os filhos mais em casa, esses pais estão muito felizes.

Vemos pais, por exemplo, falarem: *“Ah, meu filho está uma maravilha lá em casa, ele não sai mais de casa”*. Ele fica onde? *“Fica dentro do quarto”*. Está bem. Fica dentro do quarto fazendo o quê? *“Eu não sei, porque ele se tranca, e eu*



também não quero entrar na privacidade dele". Tem que entrar, sim. Tem que perguntar. É seu filho. Ele está dentro de casa. Você precisa saber o que o seu filho está fazendo.

Infelizmente, hoje os pais dizem: *"Não, nós não podemos, porque isso pode trazer certo constrangimento"*. Constrangimento nada. Morando dentro de casa, essa criança, esse adolescente muitas vezes não sabe o que está acontecendo e não sabe o porquê de estar fazendo o que está fazendo. O filho tem que ser cuidado.

Isso também não faz muita parte, Deputado Sandro Alex, mas eu já vou terminar. Num País onde as pessoas hoje não estão criando mais filhos, mas criando herdeiros, o que é muito triste, muitas vezes, perde-se a mão no controle da sua própria formação, da sua própria condição. E filho quer cuidado, filho quer orientação, filho precisa saber que ele está sendo cuidado.

Vou contar uma coisinha aqui, que não tem nada a ver. Nesta semana, eu fui a um sítio no interior, numa das viagens minhas pela cidade. Eu vi uma coisa muito interessante, Dr. Marcelo. Havia um grande número de porcos soltos. Observando de longe, num lugar meio alto, eu cheguei, chamei o proprietário e falei: *"Vem cá, por que esses porcos não saem exatamente daquele quadrado?"* E ele falou: *"Deputado, deixe-me levá-lo ali"*. Aí ele me levou.

Deputado Odorico Monteiro, lá havia três pequenos fios, baixinhos. Naqueles fiozinhos, havia um fio elétrico. Se o porco for encostar o focinho ali, ele acaba tomando o primeiro choque e recua. Ele vai a segunda vez, toma o choque e recua. Na terceira vez, ele não encosta mais.

Eu peguei um milho, por exemplo, um caroço de milho e tentei colocar exatamente entre os dois. O porco já não encostava mais, porque criaram um limite para ele. A sociedade está sem limite. A sociedade já não sabe mais o que fazer. Os nossos jovens querem ultrapassar todos os limites. Entretanto, precisa haver limites, sofrer por limites quando se tentam ultrapassar os limites.

Por aqui, encerro as minhas palavras. Parabenizo-os e sugiro que a nossa CVV e o nosso Conselho Federal de Psicologia criem alguns mecanismos também. Poderia ser criado um *site* de orientação para os pais, alguma coisa que eles



possam ver, para saberem desses números. Tem que dizer o seguinte: “*Olha, conversa com o seu filho, vai ver o que ele está fazendo*”.

Nós estamos perdendo os nossos filhos, a sociedade brasileira está perdendo os seus filhos dentro de casa. Hoje nos deram tranquilidade, vamos dormir mais cedo. Nós vamos dormir com mais tranquilidade, sabemos que o filho não está na rua, não há perigo, mas nós o estamos perdendo dentro de casa. Então fica a sugestão para que isso possa ser feito.

Mais uma vez, parabéns, Deputado Sandro Alex, pelo seu trabalho e pela grande preocupação com isso tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Adérmis Marini, o último inscrito.

O SR. DEPUTADO ADÉRMIS MARINI - Boa tarde a todos.

Eu não sou membro da Comissão, mas quero parabenizar o Deputado Sandro Alex. Eu vim aqui pela militância que eu tenho no tema. Eu tenho 58 leis ou projetos de lei. Como Deputado Federal, são 12 projetos de lei.

O meu primeiro projeto, a minha primeira lei, foi um programa de valorização à vida, que eu fiz quando era Vereador na cidade de Franca, juntamente com o CVV. Nós ficamos durante os 4 anos do meu primeiro mandato como Vereador trabalhando muito junto ao CVV essa questão.

Preocupa-me muito, como pai de adolescentes, o assunto que foi ventilado aqui. Tudo isso que o Deputado Gilberto Nascimento disse eu vejo em casa. Tenho uma filha de 16 anos e um filho de 12 anos, já com Internet. Eu também sou assim. Eu entrei na vida pública já trabalhando nas redes sociais, fazendo campanha. Muito me preocupa esse dado de uma morte por hora. Vê-se que a maior causa hoje de mortes desses adolescentes é, no caso, o suicídio.

Foi dito pelo Deputado Sandro Alex aqui e me deixou espantado uma informação que eu tinha, mas que aqui foi confirmada: o Baleia Azul é uma *fake news*, uma *fake* que surgiu.

Jovens, pessoas que de repente têm algum tipo de comportamento errado, criam aquele mecanismo pelo WhatsApp ou pela rede social e fazem com que outras pessoas, outros jovens que de repente estejam passando por algum tipo de



problema, uma depressão, acabem cometendo ali uma mutilação, uma automutilação, um suicídio. Então isso é muito preocupante.

Na política, Deputado Sandro Alex, a todo o momento, nós nos deparamos com situações de *fake news*. Mas quando essas *fake news* envolvem problema de saúde, seja psicológico, ou de saúde mental, como ocorreu no caso do jogo Baleia Azul, eu acho que nós precisamos tomar uma atitude.

Então, eu não vou me alongar muito, pois os Deputados aqui já concluíram o assunto, mas a primeira coisa é que a Polícia Federal, Deputado Sandro Alex, deveria estar aqui neste debate importante. É lamentável — para dizer o mínimo possível — que ela não esteja aqui.

Tem que haver uma investigação nesse caso. As redes sociais estão aqui presentes, como o Google e outras, mas o Facebook e, principalmente, o WhatsApp, que são da mesma empresa, deveriam também estar presentes aqui, pois eles proliferam essas informações, muitas vezes, sem controle. Qual é o controle? É isso que nós temos que questionar.

Se eles não vierem aqui, eu vejo a possibilidade de uma comissão de Deputados ir até essas instituições — no caso, o Facebook — para podermos estudar, porque aí entra o nosso papel de regulamentar, de fazer legislações mais rigorosas para que a proliferação dessa informação que leva a esse problema...

Hoje esse é um problema social. Se se verificar o número de ocorrências em minha cidade, em minha região, será possível ver que jovens cometeram suicídios. “Ah, foi por causa do jogo Baleia Azul?” E se vê essa explanação de que tudo isso foi uma *fake news* que surgiu. Mas como se prolifera uma informação negativa a esse ponto?

E nós Deputados, o Congresso Nacional, com a ajuda da Polícia Federal, das redes sociais e dos provedores, devemos, sim, fazer leis rigorosas para punir as pessoas que proliferam esse tipo de informação.

Então, parabéns, Deputado Sandro Alex. E segue a minha sugestão de que a Polícia Federal precisa ser urgentemente acionada. Já deveria haver um departamento investigando e fiscalizando esses atos.



Lamento a situação. Nós precisamos verificar o motivo da ausência do Facebook e do WhatsApp para que possamos criar mecanismos para conter essa onda que vem ocorrendo no Brasil.

Obrigado. Parabéns, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Eu quero rapidamente conceder a palavra aos nossos convidados Thiago, Renato, Leila, Marcelo e Rogério para que respondam aos nossos Parlamentares que aqui discorreram sobre o tema.

Então, eu vou dar aqui a palavra por 3 minutos ao Sr. Marcelo Lacerda, do Google.

O SR. MARCELO LACERDA - Obrigado, Deputado.

Eu vou responder de maneira geral alguns questionamentos, começando pelo questionamento de V.Exa. sobre a questão dos vídeos de mutilação.

Como eu falei em minha exposição, o Google não tolera isso e não quer ser canal de distribuição desse tipo de conteúdo. Por isso mesmo, nós temos políticas diversas, como algumas que elenquei aqui em minha apresentação, que proíbem a postagem desse tipo de conteúdo. Uma vez que esse conteúdo é identificado pelos usuários, nós verificamos se realmente há incitação à mutilação ou ao suicídio, e esse conteúdo é removido.

E já fazendo uma ponte com o comentário do Deputado Odorico, nós também temos uma preocupação com a modificação do Marco Civil porque, se formos partir para uma legislação que torne possível a remoção desse conteúdo sem uma ordem judicial, ou sem uma pré-avaliação da própria plataforma, corremos o risco de termos conteúdos legítimos que abordem o tema — por exemplo, o conteúdo desta audiência, que vai ficar no Youtube, no canal da Câmara — sendo removido por usuários que tenham outros interesses como, por exemplo, não ver o assunto ser debatido.

Então, concordo com o senhor. Estamos também à disposição para chegarmos a um meio-termo, conversarmos sobre o projeto de lei. A Internet é uma fonte de informação. O senhor deu um excelente exemplo. O senhor não pôde estar aqui presencialmente, mas pôde acompanhar a audiência via canal da Câmara no Youtube. Então, nós também temos que ver sempre os dois lados. A tecnologia vem



trazendo muito benefício para a nossa população, também de esclarecimento sobre essas situações.

A questão da educação — acho que todos aqui, tanto os meus colegas de Mesa quanto os nobres Deputados e Deputadas abordaram o tema —, ênfase de novo que achamos que faz parte também do papel da empresa. Distribuímos as cartilhas dos nossos programas, e vamos continuar envidando os melhores esforços para que isso seja cada vez mais forte.

Só para terminar, em relação à questão das *fake news*, ou das notícias falsas, só quero falar um pouquinho. Eu sei que não vai haver tempo de falarmos sobre tudo, mas só para saberem que, em fevereiro, o Google lançou aqui, no Brasil, o selo de verificação. O selo de verificação foi lançado junto com algumas agências de checagem de fatos, de *fact-checking*, para que os resultados da busca tenham lá um selo dizendo que aquela informação foi, de alguma forma, verificada por uma agência confiável, evitando, assim, que os usuários caiam de novo nesse tipo de informação falsa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Rogério.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI - Bom, o tema é instigante e há muitas abordagens possíveis. E que bom que conseguimos fazê-lo com uma Mesa tão diversa, com uma Mesa tão rica, com posições, inclusive dos Srs. Deputados, que aumentam a complexidade e também o interesse. Certamente, o ouvinte, o espectador vai ter boas referências para continuar pensando sobre o assunto.

Do ponto de vista da psicologia, eu queria dizer que o suicídio, historicamente, já teve várias conotações, inclusive a conotação de heroísmo. Há o suicídio romântico, a ideia do suicídio como um ato quase de resistência ao mundo; o suicídio como resistência mesmo, como o dos escravos, que se recusavam a continuar submetidos, enfim, e rompiam com tudo; há o suicídio da população indígena, que também é um ato de revolta.

Então, eu só queria chamar a atenção dos senhores para não se ficar com a ideia de que existe um suicida vagando. O que o conforma são relações sociais. É por isso que eu chamava a atenção para a necessidade de debatermos mais



profundamente que tipo de perspectivas estamos oferecendo aos jovens, e aí pensando os jovens como uma população, digamos, especialmente atingida pelo suicídio.

Uma das questões fortes em relação ao suicídio é a estigmatização daquele que cometeu o ato. Primeiro, eu estava comentando aqui, por que há mais tentativas e menos suicídios? Porque os suicídios que deram certo são frutos de diversas tentativas. Acho que o CVV tem essa experiência e pode confirmar aqui, sem nenhum problema. Na verdade, a terceira tentativa é a mais eficaz, do ponto de vista do suicídio. As pessoas aprendem a cometer suicídio. É por isso que o debate, a conversa é fundamental. E as políticas públicas, ao identificar a pessoa que cometeu suicídio, não devem fingir que aquilo não foi uma tentativa de suicídio. O sujeito chega e dizem assim: *“Ah, caiu no metrô”*. Não caiu, ele se jogou. Então, o treino, as discussões que o Ministério faz, os protocolos indicam isto: esse é um provável suicida que vai dar certo na próxima tentativa. É fundamental esse debate e a não estigmatização, porque nós estigmatizamos também, não é? *“É um covarde!”* *“É uma vergonha!”* Há aspectos religiosos: *“É um pecado!”*

Os profissionais de saúde têm que se libertar dessas ideias preconcebidas e tratar daqueles sujeitos rogerianamente falando — não porque sou Rogério, mas pelo Carl Rogers. Eles são estigmatizados. Então, temos que ouvi-los no aqui e agora e não ficar produzindo sobre eles questões que, na verdade, não vão resolver nada.

Eu acho que é isso.

Há ainda os aspectos que foram colocados muito mais brilhantemente pelos companheiros que discutem o Marco Civil, discutem a liberdade na Internet, mas são questões a se considerar. E aqui, como psicólogo eu diria: não vamos transformar pânico social em leis imediatamente. Acho que questões sociais são questões que exigem que nos debrucemos sobre o tema, que pensemos sobre ele. E pensar é melhor do que reagir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Leila Herédia.

A SRA. LEILA HERÉDIA - Agradeço-lhes, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui.



Respondendo ao Deputado, a capacidade do CVV de fazer campanhas de esclarecimento, ou algo similar, é muito limitada. A entidade é totalmente formada por voluntários, e também bancada, custeada por voluntários. Nós não recebemos verba pública. Então, temos uma capacidade de atuação limitada.

E como foi dito aqui, se não me engano pelo Dr. Thiago, existe esse tabu ainda, na mídia, de divulgar questões referentes ao suicídio. Confunde-se muito a divulgação do problema de saúde pública com a divulgação que não deve ser feita — e é apontada por todos os manuais —, que é a questão dos métodos utilizados, da romantização, enfim, das formas, das pistas que vão oferecer a outros as dicas de como se matar. É isso que devemos evitar.

Com relação, ainda, à questão da divulgação, no nosso *site* — cvv.org.br —, nós disponibilizamos vários materiais que, na realidade, são um grande compilado de especialistas, da Associação Brasileira de Psiquiatria, de várias associações e entidades mundiais que tratam do tema, que nós entendemos que devem ser divulgados e que podem ajudar outros a enfrentar esse momento de crise.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Concedo a palavra ao Sr. Renato Opice Blum.

O SR. RENATO OPICE BLUM - Gostaria de cumprimentar todos os que estão aqui. Os senhores são formadores de opinião e podem, a partir deste momento, ajudar a diminuir a incidência de tudo o que nós discutimos aqui hoje, em especial, o Deputado Sandro Alex, por estar liderando estes debates.

Tentando ser objetivo e prático, trago três sugestões.

A primeira delas é para que este Congresso tenha Comissões Permanentes discutindo não só essas questões fáticas, mas a evolução da legislação junto à evolução tecnológica. A União Europeia está fazendo isso. Alguns Estados norte-americanos também estão fazendo isso. Seria muito importante que o Brasil pudesse também se juntar e liderar essa questão.

A segunda e a terceira questões estão relacionadas à educação digital, trazendo o ponto de vista prático, art. 29 do Marco Civil, que traz a questão do uso de programas de controle parental, educação digital pura. Está escrito o seguinte:



Art. 29.....

Parágrafo único. Cabe ao poder público, em conjunto com os provedores de conexão e de aplicações de internet e a sociedade civil, promover a educação e fornecer informações sobre o uso dos programas de computador previstos no caput, bem como para a definição de boas práticas para a inclusão digital (...)

O decreto regulamentador do Marco Civil não tratou dessa questão. Pode-se a qualquer momento o Poder Executivo incluir essa questão e delimitar a educação digital aqui prevista.

Por último, aproveitando a proposta legislativa do Deputado Odorico, trazendo-o como exemplo, digo que seu projeto é muito oportuno. Projetos como este, tentando trazer a realidade, são sempre bem-vindos para que se estimule a educação, para que se estimule o debate e para que a sociedade tenha a condição mínima de ter algum tipo de proteção, porque a Internet do jeito que vem, a tecnologia do jeito que vem é irreversível. O mínimo que nós podemos fazer é ter algum conforto legal à altura.

Muito obrigado a meus cumprimentos e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Renato.

Com a palavra Thiago Tavares.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Deputado Sandro Alex.

Eu agradeço aos que levantaram as questões. Eu quero ser muito objetivo, porque me resta pouco tempo, e responder diretamente as questões que V.Exa. formulou e fazer alguns comentários em relação às questões formuladas pelo Deputado Odorico.

V.Exa. me pergunta: *“Como explicar as mortes noticiadas pela imprensa?”* Eu respondo objetivamente: *fake news* produzindo fatos. Existem 12 mil casos de suicídio por ano no País, mais de um por hora. Associar um dos mais de 30 casos de suicídio que ocorrem diariamente no País e que vitima principalmente jovens de 15 a 25 anos a um suposto jogo que está circulando na Internet não é difícil. Então, a *fake news* produz fatos.



Existem robôs em relação à Baleia Azul? Nós não encontramos evidências nesse sentido. Tudo o que eu disser aqui tenho que comprovar com evidências; tenho o dever de passar a V.Exas. as informações corretas, precisas e verdadeiras. Eu só vou afirmar aquilo que puder provar com fatos e evidências concretas.

Existem robôs em relação à Baleia Azul? Não encontramos evidências. Existem muitos robôs disseminando outras *fake news*, principalmente no campo político, e são verdadeiros exércitos de robôs que existem nas redes sociais para poder impulsionar notícias falsas, envolvendo políticos, principalmente em ano eleitoral. Isso aconteceu em 2010, em 2014 e vai acontecer em 2018. Isso aconteceu nos Estados Unidos, na eleição do Trump, e teve uma participação determinante lá; isso aconteceu no Brexit, no Reino Unido, aconteceu na França, com a eleição, e vai acontecer no Brasil ano que vem. Uso de robôs para essa finalidade? Sim, mas para a Baleia Azul nós não encontramos.

Existem grupos de morte? Não encontramos evidências. Existem, sim, grupos criados por indivíduos isolados, mas que não estão — pelo menos as evidências não mostram isso — numa ação coordenada ou fazem parte de uma célula de comando e controle que esteja disseminando propositadamente essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Mas existem pessoas que estão praticando isso?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Por exemplo, encontramos evidências e compartilhamos essas evidências com as autoridades que estão conduzindo investigações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Quais autoridades?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - O Ministério Público Federal tem acesso em tempo real a nossa base de dados e também compartilhamos algumas informações com a própria Polícia Federal.

E me permita dizer, Deputado Sandro Alex, eu não represento, obviamente, nem posso falar nem estou autorizado a falar em nome da Polícia Federal, mas eu posso dizer que a SaferNet está compartilhando e sempre compartilhou informações com a Polícia Federal, inclusive nesse caso da Baleia Azul.

Então, talvez a resposta que V.Exa. recebeu tenha sido uma resposta literal, porque quando eles dizem: “*Estamos investigando*”, significa dizer que existe um



inquérito instaurado, significa dizer que existe um inquérito com um número, um delegado responsável e um prazo de conclusão, mas antes de instaurar o inquérito formalmente, eles realizam procedimentos de apuração preliminar. Isso envolve não só a ação de Inteligência, mas também procedimentos de apuração preliminar, para poder até fundamentar a portaria que instaura o inquérito, que tem que ser fundamentada.

Então, é provável que a resposta que V.Exa. tenha recebido seja nessa direção, ou seja, não há um inquérito formal ainda instaurado. Isso não significa dizer que não existam procedimentos preliminares sendo levantados.

E também há outra informação que eu gostaria de compartilhar, repetindo que não represento nem posso falar nem estou autorizado a falar em nome do Facebook. O Facebook anunciou, sim, oficialmente, através de uma nota à imprensa, o lançamento desse guia que foi desenvolvido em parceria com o CVV e pela SaferNet, existe uma nota oficial do Facebook, no *site* da empresa, foi distribuído para a imprensa, e eles também lançaram, antes de o Baleia Azul chegar ao Brasil, uma ferramenta e um vídeo explicativo sobre essa ferramenta, mostrando como acionar a equipe do Facebook, em caso de suspeita de suicídio envolvendo algum usuário da rede social.

Caminhando para as questões do Deputado Odorico, a quem agradeço mais uma vez a presença, conversamos rapidamente pelo telefone, certamente quero tranquilizar V.Exa. Eu não sou hinduísta, ou seja, o Marco Civil para mim não é uma vaca sagrada, mas certamente é uma lei muito importante construída por esta Casa, na liderança de V.Exas. e de outros Deputados, durante 7 anos, em diálogo com a sociedade.

O que eu quero dizer é que se pode alterar o artigo do Marco Civil, mas por outras razões, não em razão da Baleia Azul. E V.Exa. me dizia, na conversa que tivemos, que quando apresentou o projeto, e foi muito antes do jogo da Baleia Azul, seu objetivo não era, nem seu objetivo atual é, responder a ele.

Mas se essas alterações forem propostas, que se faça com outros argumentos que não o da Baleia Azul. E essa não é evidentemente a intenção de V.Exa. Por exemplo, há a Lei de Crimes Hediondos. Sempre que há um crime de grande repercussão no País, aparecem múltiplos projetos para mexer na Lei de



Crimes Hediondos. E, de exceção em exceção, hoje é crime hediondo no País, no Brasil, a falsificação de produtos destinados a fins terapêuticos medicinais, é crime hediondo, está na lei, é uma exceção, um projeto específico que foi aprovado pelo Congresso.

Então, se o objetivo é alterar o Marco Civil, eu não concordo com que o Marco Civil seja alterado, principalmente porque é uma lei que está sendo interpretada ainda pelo Judiciário, está sendo aplicada. No caso do suicídio, nós provamos com evidências que o Marco Civil não impede a remoção de conteúdo, não tem impedido nem tem dificultado, mas se o objetivo é alterar o Marco Civil para forçar a remoção de conteúdo de natureza política, de natureza de calúnia, injúria, difamação, de ameaça, de propriedade intelectual, de violação de direito autoral, ou seja, qualquer outro motivo, que se faça esse debate às claras e se diga: queremos alterar o Marco Civil, porque há muita calúnia na Internet, muita difamação, muita ameaça, direitos autorais sendo violados. Que se faça isso, ou um debate que vai acontecer na sociedade, mas não se faça pela Baleia Azul, porque alterar o Marco Civil não vai interferir nisso. Seria mais um fato produzido pelas *fake news*, além dos fatos terríveis que já foram causados no País por esse boato.

Concluo dizendo que notícia falsa se combate com notícia verdadeira. Eu não vejo outra forma. Narrativas alarmistas se combatem com narrativas ponderadas. Notícias falsas se combatem com fatos, apuração, jornalismo de qualidade, com evidências. Se nós embarcarmos na onda e reagirmos emocionalmente a partir do pânico causado na sociedade e em todas as nossas famílias em relação a essa questão da Baleia Azul, muito provavelmente vamos produzir uma regulação que não vai resolver o problema e, pior, vai produzir efeitos colaterais graves que podem comprometer direitos fundamentais e vai criar novos problemas que hoje não existem, como, por exemplo, a questão da censura prévia envolvendo conteúdos na Internet.

Esse é um apelo que faço a V.Exas., para que possamos, com parcimônia, ponderação e sem açodamento, aprofundar essa discussão que envolve alterações no Marco Civil da Internet. Reforço que, na minha opinião, a sugestão que o Congresso poderia fazer, a Câmara, V.Exas., seria alterar o art. 122 para incluir um inciso no rol de aumento de pena — e eu conversava isso com o Deputado Odorico



—, para incluir, dentre as hipóteses de aumento de pena, o uso de tecnologias da informação e comunicação para a prática do crime previsto no art. 122 do Código Penal, que é induzir, auxiliar ou incitar o suicídio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Thiago, Renato, Leila, Rogério e Marcelo.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Deputado Sandro, gostaria de comentar algo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - É claro, Deputado Odorico.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Eu quero só dizer, Thiago, que na realidade o nosso projeto de lei, que foi fruto desse debate sobre a questão do suicídio, traz no art. 21 a previsão para qualquer tipo de *site*. Evidentemente que se o Baleia Azul vai se enquadrar ou não é outra questão.

A nossa preocupação, depois de ouvir várias entidades e instituições que trabalham especificamente com suicídio, é que a prevenção do suicídio, o apoio às famílias que tiveram alguém que se suicidou seja uma política pública, envolvendo toda a rede de atenção psicossocial, a estrutura do Sistema Único de Saúde, questões da assistência social, uma política pública que envolva a família, a sociedade e o Estado. O que o CVV faz é a parte da sociedade, dando suporte às famílias. O Estado não pode se omitir nesse debate sobre a questão da prevenção do suicídio como política pública.

Nesse sentido, o nosso projeto de lei é muito simples. Seu art. 21 prevê que todo e qualquer conteúdo que estimule, que instigue o suicídio terá autorizada a sua retirada. Agora, foi acrescentado o art. 122, que penaliza quem fizer esse tipo de prática. Se você está do outro lado estimulando o suicídio, o limite entre o suicídio e o homicídio é muito estreito.

Entende a nossa preocupação? Então, nosso projeto é nesse sentido, é muito simples, ele não mutila o Marco Civil da Internet, que é algo extremamente importante para todos nós. Agora, se em algum momento histórico houver necessidade de mexer, teremos de mexer. Então, nosso projeto de lei prevê que na hora em que houver a denúncia, alguém vai apurar. O substitutivo do Deputado Junior Marreca aprimorou, incluindo, inclusive, o art. 122.



Era só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado, Deputado Odorico.

Antes de encerrar, quero esclarecer que a Polícia Federal disse que não tem atribuição para investigar. Ou seja, eles estão nos informando que não têm essa atribuição. Estou só esclarecendo o que foi dito pelo Sr. Thiago. Então, é algo que vamos questionar no Ministério da Justiça.

Segundo, eu pessoalmente pedi ao Facebook que emitisse uma nota oficial esclarecendo os fatos. Eles me relataram que não o fariam. Utilizaram uma nota da SaferNet, uma nota importante, mas não da empresa Facebook.

Como disse a Leila, é preciso conversar sempre. O diálogo e conversa, sempre.

Agradeço ao Google, ao Rogério, à Leila, ao Dr. Renato Opice Blum e ao Thiago, que vieram conversar com a sociedade brasileira, porque é desta forma que nós vamos evitar um problema maior. Aqueles que se ausentaram omitiram-se, por um motivo ou outro, não participaram do diálogo, que ajuda os legisladores a resolverem ou minimizarem este problema.

Este não será o último debate sobre o tema. A Casa ainda se debruçará muito sobre ele, mas agradecemos a essas pessoas pela sua participação na tarde hoje.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.